

Diário do Legislativo de 14/04/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolô Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

LIDERANÇAS

17/3/2004

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira (PPS), Arlen Santiago (PTB) e José Milton (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes(PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líderes: Deputados Célio Moreira e Jairo Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados José Henrique (PMDB), Dinis Pinheiro (PL) e Paulo Piau (PP)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

20/2/2004

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Domingos Sávio	BPSP	Presidente
Deputado Paulo Piau	PP	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP	
Deputado Fábio Avelar	BPSP	
Deputada Jô Moraes	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	
Deputado Dinis Pinheiro	PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento Rodrigues	BPSP	
Deputado Alberto Pinto Coelho	PP	
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP	
Deputado Olinto Godinho	BPSP	
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT/PCdoB	
Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Leonardo Moreira	PL	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Bittar	PL	Presidente
Deputado Paulo Cesar	PFL	Vice-Presidente
Deputado Olinto Godinho	BPSP	
Deputada Cecília Ferramenta	Bloco PT/PCdoB	

Deputado Pinduca Ferreira

PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	PL
Deputado Doutor Viana	PFL
Deputado Zé Maia	BPSP
Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB
Deputado Dimas Fabiano	PP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio Mourão	BPSP	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Ermano Batista	BPSP	
Deputado Leonídio Bouças	BPSP	
Deputada Maria Tereza Lara	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Leonardo Moreira	PL	
Deputado Gustavo Valadares	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel Martini	BPSP
Deputado Antônio Júlio	PMDB
Deputado Olinto Godinho	BPSP
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP
Deputado Weliton Prado	Bloco PT/PCdoB
Deputado Dinis Pinheiro	PL
Deputado Doutor Viana	PFL

COMISSÃO DE DEFESADO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia Pacífico	BPSP	Presidente
Deputada Vanessa Lucas	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Irani Barbosa	PL	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar	BPSP
Deputado Miguel Martini	BPSP
Deputada Jô Moraes	Bloco PT/PCdoB
Deputado Jayro Lessa	PL
Deputado Chico Rafael	PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Roberto Ramos	PL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Gilberto Abramo	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Marília Campos	Bloco PT/PCdoB
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP
Deputado Fahim Sawan	BPSP
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT/PCdoB
Deputado Leonardo Quintão	PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Leonídio Bouças	BPSP	
Deputado Weliton Prado	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP	
Deputado Arlen Santiago	BPSP	
Deputada Maria Tereza Lara	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Alberto Bejani	BPSP	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista	BPSP	Presidente
Deputado Jayro Lessa	PL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado Sebastião Helvécio	BPSP	
Deputado Chico Simões	Bloco PT/PCdoB	
Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Doutor Viana	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia	BPSP	
Deputado José Milton	BPSP	

Deputado Neider Moreira	BPSP
Deputado Arlen Santiago	BPSP
Deputado Rogério Correia	Bloco PT/PCdoB
Deputado Ivair Nogueira	PMDB
Deputado Elmiro Nascimento	PFL

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria José Haueisen	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Doutor Ronaldo	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar	BPSP	
Deputado José Milton	BPSP	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB
Deputado Carlos Pimenta	BPSP
Deputado Olinto Godinho	BPSP
Deputado Márcio Passos	PL
Deputado Chico Rafael	PMDB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PFL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado João Bittar	PL	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes	Bloco PT/PCdoB
Deputada Lúcia Pacífico	BPSP
Deputado Olinto Godinho	BPSP
Deputado Márcio Passos	PL
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICAAGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira	PP	Presidente
Deputado Padre João	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BPSP	
Deputado Márcio Passos	PL	
Deputado Doutor Viana	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau	PP
Deputada Maria José Haueisen	Bloco PT/PCdoB
Deputada Ana Maria Resende	BPSP
Deputado João Bittar	PL
Deputado Gustavo Valadares	PFL

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Olívia	BPSP	Presidente
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Djalma Diniz	BPSP	

Deputado Antônio Genaro PL

Deputado Dimas Fabiano PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PCdoB

Deputado Doutor Ronaldo BPSP

Deputado Irani Barbosa PL

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ricardo Duarte Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Fahim Sawan BPSP Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta BPSP

Deputado Neider Moreira BPSP

Deputado Célio Moreira PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Simões Bloco PT/PCdoB

Deputado Doutor Ronaldo BPSP

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Roberto Ramos PL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues BPSP Presidente

Deputado Alberto Bejani	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	PL	
Deputado Zé Maia	BPSP	
Deputado Rogério Correia	Bloco PT/PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago	BPSP	
Deputado Márcio Passos	PL	
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado Olinto Godinho	BPSP	
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alberto Bejani	BPSP	Presidente
Deputada Marília Campos	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP	
Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Passos	PL	
Deputada Maria José Haueisen	Bloco PT/PCdoB	
Deputada Ana Maria Resende	BPSP	
Deputado Padre João	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Gustavo Valadares	PFL	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	PL	Presidente
------------------------	----	------------

Deputado Djalma Diniz	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Gil Pereira	PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Passos	PL
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP
Deputada Cecília Ferramenta	Bloco PT/PCdoB
Deputado Ivair Nogueira	PMDB
Deputado Paulo Piau	PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Cesar	PFL	Presidente
Deputada Maria Olívia	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Márcio Passos	PL	
Deputado Chico Rafael	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro Nascimento	PFL
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB
Deputado Antônio Genaro	PL
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB	Presidente
------------------------------	------	------------

Deputado Fábio Avelar	PTB	Vice-Presidente
Deputado Biel Rocha	PT	
Deputado Célio Moreira	PL	
Deputado Gilberto Abramo	PMDB	
Deputado Gustavo Valadares	PFL	
Deputado Padre João	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Helvécio	PDT
Deputado Leonídio Bouças	PTB
Deputada Cecília Ferramenta	PT
Deputado Sidinho do Ferrotaco	PSDB
Deputado José Henrique	PMDB
Deputada Ana Maria Resende	PSDB
Deputada Maria Tereza Lara	PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR: Deputado Roberto Carvalho

OUIDOR SUBSTITUTO: Deputado Leonardo Moreira

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - TRANSCRIÇÃO

ATA

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 31/3/2004

Às 14h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Jayro Lessa, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique, Mauro Lobo e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 922/2003 deixa de ser apreciado em virtude da solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Doutor Viana. O Projeto de Lei nº 920/2003 é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Governo, atendendo-se a requerimento do Deputado Chico Simões, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 235/2003 (relator: Deputado Mauro Lobo); pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 847/2003 e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 26/2003 (relator: Deputado Sebastião Helvécio); 292/2003 com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pelo relator, Deputado Chico Simões; 419/2003 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado José Henrique); 425/2003 (relator: Deputado Chico Simões); 1.152/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Viana, em virtude de redistribuição); 1.186/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Sebastião Helvécio, em virtude de redistribuição); 1.207/2003 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Mauro Lobo); e 1.311/2003 (relator: Deputado Sebastião Helvécio). O Deputado Doutor Viana retirou-se da reunião após a aprovação do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.152/2003, e o Deputado Sebastião Helvécio, após a aprovação do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.311/2003. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.455/2004 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Helvécio); e, submetidos a votação, cada um por sua vez, são rejeitados os Requerimentos nºs 2.494 e 2.495/2004 (relator: Deputado José Henrique). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Mauro Lobo emite o seguinte parecer, que é aprovado pela Comissão:

"Relatório

De autoria dos Deputados Chico Simões e Rogério Correia, o requerimento em tela pede seja solicitada à Secretaria de Estado da Fazenda cópia do Parecer AGE/PTF/SpDC nº 039/2003, que concluiu pela legitimidade e juridicidade da transação realizada entre o Estado de Minas Gerais e a Samarco Mineração S.A., conforme a Resolução Conjunta nº 004/2003, de 19/12/2003, bem como cópia dos seguintes documentos: acordo de transação celebrado entre as partes; Processos Tributários Administrativos - PTAs - relativos ao acordo em questão; demonstrativos do Sistema de Informatização e Controle da Arrecadação e Fiscalização - SICAF. Solicita também que sejam informados os números de todos os processos judiciais envolvidos no acordo e as comarcas em que estão tramitando.

Distribuída a matéria a esta Comissão, passamos a emitir nosso parecer.

Fundamentação

A proposição em tela pretende sejam obtidas informações sobre a transação realizada entre o Estado de Minas Gerais e a Samarco Mineração S.A. para a extinção de créditos tributários decorrentes da cobrança do ICMS na exportação de produtos semi-elaborados.

O Código Tributário Nacional - CTN - define a transação como uma das modalidades de extinção do crédito tributário e dispõe, em seu art. 171, que a lei pode facultar, nas condições que estabeleça, aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em determinação de litígio e conseqüente extinção do crédito tributário. O parágrafo único do referido artigo determina que a lei indicará também a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso.

A Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, em seu art. 218, dispõe que a transação será celebrada nos casos definidos em decreto, observadas as condições estabelecidas no art. 171 do CTN, e dependerá de aprovação por resolução conjunta do Secretário de Estado da Fazenda e do Advogado-Geral do Estado, que será publicada no órgão oficial dos Poderes do Estado.

A transação realizada entre o Estado de Minas Gerais e a empresa Samarco Mineração S.A. foi aprovada por resolução conjunta do Secretário de Estado da Fazenda e do Advogado-Geral do Estado, atendendo-se ao disposto no art. 171 do Código Tributário Nacional - CTN - e no art. 218 da Lei nº 6.763, de 1975. A Advocacia-Geral do Estado emitiu o citado parecer, concluindo pela legitimidade e juridicidade da transação em referência.

Entendemos, porém, que a proposição em tela, ao pedir sejam requeridas informações sobre a transação em questão, cumpre a determinação constitucional que estabelece como função do Poder Legislativo, entre outras, a de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

No caso em questão, ainda que o ato do Poder Executivo esteja em conformidade com o disposto nas legislações federal e estadual pertinentes à matéria, cabe ao Poder Legislativo, no cumprimento de sua função constitucional, solicitar as informações necessárias para a análise da transação e de suas conseqüências para os cofres públicos do Estado de Minas Gerais.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do requerimento dos Deputados Chico Simões e Rogério Correia."

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2004.

Ermano Batista, Presidente - Sebastião Helvécio - Mauro Lobo - Antônio Júlio.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 22ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 14/4/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para receber o Sr. Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.734, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2.40 e 2.41 da Tabela A do Anexo I e aos itens 5.10 e 5.11 da Tabela D do Anexo IV.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.784, que torna obrigatória, nos estabelecimentos que menciona, a afixação de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias dos alimentos por eles comercializados. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.843, que dispõe sobre os rios de preservação permanente e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 4º e pela rejeição do veto aos demais dispositivos.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.852, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.855, que altera dispositivos da Lei nº 12.812, de 28/4/98. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.898, que dispõe sobre assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção nos veículos de transporte coletivo intermunicipal. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.921, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da Justiça Estadual de 1º e 2º graus e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.925, que dispõe sobre a prática da Educação Física na rede pública estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.927, que altera o art. 1º da Lei nº 13.722, de 20/10/2000. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.928, que dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública estadual; altera a Lei nº 14.172, de 15/1/2002, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos arts. 7º, 11 e 14 e pela rejeição do veto ao art. 13.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.174/2003, do Deputado Gustavo Valadares, que regulamenta o tombamento da serra da Piedade, na forma em que dispõe o art. 84, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 14/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 288/2003, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.223/2003, do Governador Aécio Neves.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 340/2003, do Deputado Alberto Bejani; 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 523/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria; 929/2003, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.089/2003, da Deputada Ana Maria Resende; 1.238, 1.292 e 1.312/2003, do Governador Aécio Neves; 1.358/2004, do Deputado André Quintão; 1.395, 1.397 e 1.402/2004, do Governador Aécio Neves.

Finalidade: avaliar, com o convidado, o termo de compromisso firmado entre o Governador do Estado e o MINASPETRO, em agosto de 2003, que prevê ampliação da comercialização do óleo diesel no Estado em contrapartida à redução de 18% para 12% da alíquota do ICMS incidente sobre o o mesmo óleo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 14/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.253/2003, do Deputado Gilberto Abramo; e 1.284/2003, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 215/2003, do Deputado José Milton; 727 e 831/2003, do Deputado João Bittar; 1.053/2003, do Deputado Adalclever Lopes; 1.075/2003, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Weliton Prado; 1.206/2003, do Deputado João Bittar; 1.260/2003, da Deputada Ana Maria Resende.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 15/2003, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 195/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 446/2003, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.291/2003, do Governador Aécio Neves; 1.296/2003, do Deputado Neider Moreira; 1.298/2003, do Deputado Padre João; 1.299/2003, do Deputado Célio Moreira; 1.305/2003, do Deputado João Bittar; 1.326/2003, da Deputada Vanessa Lucas; 1.403/2004, do Governador Aécio Neves.

Requerimentos nºs 2.596 a 2.599/2004, do Deputado André Quintão; 2.601/2004, do Deputado Domingos Sávio; 2.621/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.623/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.653/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.655/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.660 e 2.661/2004, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 14/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.319/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Requerimentos nºs 2.515/2004, do Deputado Doutor Ronaldo; 2.532/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.548/2004 e 2.551/2004, do Deputado Chico Simões; 2.573/2004, do Deputado George Hilton; 2.603/2004 e 2.610/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.619/2004, da Deputada Vanessa Lucas; 2.622/2004 e 2.668/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.626/2004, do Deputado Ricardo Duarte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão Especial dos Aeroportos Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 14/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 14/4/2004, destinadas à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 15.734, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75; 15.784, que torna obrigatória, nos estabelecimentos que menciona, a afixação de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias dos alimentos por eles comercializados; 15.843, que dispõe sobre os rios de preservação permanente e dá outras providências; 15.852, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências; 15.855, que altera dispositivos da Lei nº 12.812, de 28/4/98; 15.898, que dispõe sobre assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção nos veículos de transporte coletivo intermunicipal; 15.921, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da Justiça Estadual de 1º e 2º graus e dá outras providências; 15.925, que dispõe sobre a prática da Educação Física na rede pública estadual de ensino; 15.927, que altera o art. 1º da Lei nº 13.722, de 20/10/2000; e 15.928, que dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública estadual; altera a Lei nº 14.172, de 15/1/2002, que cria o Índice Mineiro de Responsabilidade Social, e dá outras providências; e do Projeto de Lei nº 1.174/2003, do Deputado Gustavo Valadares, que regulamenta o tombamento da serra da Piedade, na forma em que dispõe o art. 84, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de abril de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/4/2004

A Deputada Ana Maria Resende - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, queridos montes-clarenses, vimos a esta tribuna para elogiar a iniciativa que diversas lideranças políticas, religiosas e empresariais da sociedade montes-clarenses tiveram ao lançarem, em manifesto, a criação do Conselho de Desenvolvimento e Consultoria Política de Montes Claros - CODEMOC.

A preocupação, o compromisso, a responsabilidade com o futuro e com o presente, a disposição para lutar pelo desenvolvimento sustentado do Município de Montes Claros levaram personalidades as mais significativas, tais como o Senhor Arcebispo, párocos e pastores, representantes de importantes empresas de nossa região e município, personalidades do mundo artístico, cultural, educacional e social e do mundo político, membros de diversos partidos, a assinarem o manifesto que ora divulgamos.

É impossível que tantos signatários que representam o mais lídimo e puro pensamento social e filosófico de Montes Claros se enganem.

Primeiro, por criarem um Conselho, o CODEMOC, que terá seus estatutos próprios, devido à crença irredutível nos valores da liberdade democrática, das ações éticas e coerentes com a cidadania, o desenvolvimento, o imensurável desejo da sociedade de mudanças constantes na busca da solidariedade social e do desenvolvimento socioeconômico de nosso município.

Segundo, porque o passado é um livro aberto de lições aos homens inteligentes e bem intencionados. A eles cabe a tarefa de construção de um futuro auspicioso para o nosso município. Para tanto, há de se trabalhar conciliatória, harmoniosa e integralmente, de modo a prevalecer o bem-comum, os interesses coletivos, sobre quaisquer outros.

Pela fé em Deus e nos homens de boa-vontade, o CODEMOC pretende reunir todos aqueles que desejam uma Montes Claros grande e comprometida com a inclusão social, com a educação, a saúde, os direitos individuais e sociais e que agem concretamente para que isso aconteça.

O CODEMOC pretende unir homens devotados, com senso de democracia evoluído, pois não permitirá o corporativismo e aprofundará a discussão sobre idéias respeitadas por seus membros, como credibilidade, experiência, decência e probidade a serviço do município e, por extensão, de toda a região norte-mineira.

Os debates se sucederão com o coração de quem pensa grande, pensa mais à frente, pensa no povo, na criança sem escola, no pai ou na mãe sem trabalho ou renda, na busca da justiça social, de políticas públicas sem demagogia e que desenvolvam a auto-estima de ser montes-clarense, de ser norte-mineiro, sem bairrismos ou regionalismos que discriminam.

E, ao final, os signatários confessam sua fé numa Montes Claros cada vez mais desenvolvida, uma mãe zelosa de seus queridos filhos, uma cidade de gente feliz, que agradecerá a todos quantos lutarem por ela e com ela para alcançar seu pleno desenvolvimento, com fé, entusiasmo e civismo.

Para concluir, destaco, Sr. Presidente e caros colegas parlamentares, o artigo do jornalista Manoel Hygino dos Santos, do jornal "Hoje em Dia", de sábado, 3/4/2004, no caderno "Opinião".

Seu artigo, eivado de elogios ao CODEMOC, em seu manifesto de lançamento, reflete as idéias de compromisso e responsabilidade social das muitas cabeças pensantes que assinaram esse documento, signatários estes, um a um, a quem cumprimento efusivamente da tribuna dessa Assembléia Legislativa, na certeza de que Montes Claros sempre será palco de ações como esta, que representam, em suma, a grandeza de nossos municípios e concidadãos.

Sr. Presidente, essa era a primeira parte do meu pronunciamento, em que gostaria de deixar registrado esse manifesto de grandes montes-clarenses em defesa de uma política sadia e justa, capaz de trazer para a nossa região desenvolvimento, e não o que estamos assistindo há anos, conversa jogada fora.

Quero falar um pouco sobre a nossa 135, a única rodovia que liga esta Capital ao Norte de Minas. Farei um breve relato do que já aconteceu com essa rodovia. Em março de 2003, tivemos a primeira reunião em Montes Claros, quando compareceram vários Deputados Federais e Estaduais. Nessa reunião, foi prometida não apenas uma operação tapa-buracos, mas também a recuperação efetiva da nossa Rodovia BR-135. Isso nada resolveu.

No dia 3 de julho, reunimo-nos novamente com nosso ex-Ministro, tendo sido confirmada a recuperação da BR-135 e o término de nosso anel rodoviário, mas nada ocorreu.

Ao final do ano passado, mais uma vez os Deputados reuniram-se com o Sr. Ministro. Estava presente também o nosso Deputado Federal Virgílio Guimarães, que testemunhou, ao vivo e em cores, a garantia de que a BR-135 seria realidade ainda no início deste ano. Para nos precavermos, guardamos sempre as notas taquigráficas de reuniões como essa, que visam ao bem-estar do povo da nossa região, mas nada ocorreu.

No dia 1º de fevereiro, tivemos outra reunião com o ex-Ministro dos Transportes, que assinou, um contrato autorizando a entrada das empresas para iniciar, na segunda-feira, dia 3 de fevereiro, a recuperação da BR-135.

E, pasmem os senhores! apesar de tudo isso, a BR-135 recebeu apenas uma operação "tapa-buraco" em Bocaiúva, terra de nosso Ministro Patrus Ananias.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa. e quero dizer que na minha região também houve o mesmo em relação à BR-365, uma rodovia muito importante, que tem um grande escoamento de produção e liga Uberlândia a Montes Claros. O Ministro prometeu, por três vezes, que na próxima semana iniciaria o recapeamento da estrada e, infelizmente, até hoje não o fez. Estão fazendo uma operação "tapa-buraco" que, com o período chuvoso, não durará nem 15 ou 20 dias, devido ao grande movimento da estrada. Enquanto a recuperação total da estrada não for viabilizada, ficaremos na mesma condição: tapa-se o buraco hoje e, daqui a 15 dias, está aberto novamente. Os buracos são tão grandes que em certos lugares é preciso parar, porque os carros pequenos não conseguem passar. Infelizmente, na minha região está havendo o mesmo que há na região de V. Exa.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento. A primeira parte referiu-se a um movimento importante acontecido em Montes Claros. V. Exa. disse muito bem a respeito das questões que estão sendo tratadas naquela cidade.

A segunda parte referiu-se à BR-135. Estive na reunião realizada na Câmara Municipal, em que, no meio de tanto foguetório e de tanta festa, o Ministro Anderson Adauto anunciou as ações do Governo Federal. Anderson Adauto é uma pessoa por quem tenho o maior respeito e amizade, acredito até mesmo que estava imbuído das melhores intenções. É uma pessoa que conhecemos, foi Presidente desta Casa e não retiro nenhuma palavra a respeito de sua capacidade e integridade.

Na segunda etapa, fiquei receoso de ir e não fui, porque me vi na possibilidade de entrar em atrito, não com Anderson Adauto, mas com o momento que estava acontecendo. Foi um anúncio que nos encheu de esperança.

Na segunda reunião, soube que a Deputada tinha em mãos um histórico das reuniões anteriores e cobrava uma ação concreta. Todos queremos deixar a retórica do discurso e partir para a prática.

Infelizmente, o anúncio tão esperado não foi concretizado. Aliás, concretizaram o anúncio, mas não concretizaram as ações. Hoje a BR-135 está inqualificável. Quem sai de Montes Claros está dando volta por Pirapora, cruzando Curvelo, indo até Felixlândia e voltando pelo Trevão, o que aumenta o seu percurso em quase 200km.

Deputada Ana Maria Resende, o seu pronunciamento está correto. Devemos chamar a atenção da Comissão de Transporte para que possamos fazer uma ação. Chegou o momento do povo norte-mineiro tomar posição histórica, interditando essa estrada e chamando a atenção do novo Ministro. Já está marcada uma audiência em Brasília, na qual V. Exa. também deverá estar presente, quando serão convidadas todas as autoridades, Prefeitos e Vereadores, para lotar Brasília, pois chegamos ao limite máximo da tolerância e da paciência. A partir desse momento, a BR-135 passa a ser desafio nacional, não interessando apenas a Minas Gerais, mas à Nação, pois transporta riqueza do Sudeste ao Nordeste do Brasil. A malha viária do nosso Estado chegou à exaustão e tem de ser encarada com muita responsabilidade, não com discursos e posições demagógicas, mas com ação.

V. Exa. está de parabéns e pode contar com o meu total apoio. Devemos acionar os nossos Deputados Federais, não deixando o Dr. Athos Avelino sozinho nessa briga, mas chamando os outros que tiveram votos e os Senadores. Além disso, devemos pedir ao Governador Aécio Neves que participe desse movimento, pois só o seu prestígio junto ao Governo Federal poderá mudar o curso dessa história. Fizemos o que foi

possível. Neste momento, entrego os pontos, pois não conseguiremos nada apenas com as ações desta Assembléia. É necessário o Governador entrar nessa jogada e os Deputados Federais deixarem sua posição passiva e pressionarem o Ministério dos Transportes, para que possamos ver a BR-135 ser alvo de ações concretas. Parabéns, Deputada Ana Maria Resende.

A Deputada Ana Maria Resende - Muito obrigada, Deputado Carlos Pimenta. Quero finalizar dizendo-lhes o que temos até hoje: em 2003, o Ministério dos Transportes executou apenas 7,18% da previsão orçamentária; em 2004, nos meses de janeiro e fevereiro, foram recolhidos R\$2.000.000.000,00 pela CIDE; no entanto, até hoje, foram aplicados apenas R\$70.000.000,00. Tenho ainda dado mais importante a relatar a respeito de declaração fornecida pelo DNIT, no final do ano passado: a República Federativa do Brasil recebeu empréstimo do Banco Mundial relativo a custos para recuperar estradas. Entre as estradas com previsão de recuperação estão as BRs 135 e 251. Quer dizer que a União já recebeu empréstimo do Banco Mundial para a recuperação das nossas estradas, e, já estando em abril, nada ocorreu em nossa terra. Por tudo isso, houve manifesto de todos os que pensam, repensam e vivem determinados a agir, crescer e alcançar os sonhos do progresso do Norte de Minas. A vocês, o meu muito-obrigada. Que os representantes da bancada do Governo nos ajudem, pois muitos deles recebem votos do Norte de Minas, tendo o compromisso de estarem com os Deputados Federais e o Governo Lula, para exigir que o dinheiro creditado pelo Banco Mundial ao Brasil seja utilizado para a recuperação das estradas norte-mineiras. E que a CIDE, contribuição para a recuperação das nossas estradas, seja utilizada para o fim para a qual foi proposta!

Gostaria de agradecer a todos e de dizer ao Norte de Minas que não apenas eu, mas também outros Deputados, estou à disposição de nosso povo e de nossa terra, para conseguir melhoria de vida e redução das desigualdades regionais e sociais. Obrigada.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo de Minas Gerais, falarei sobre dois assuntos, mas antes gostaria de apresentar oficialmente nossos agradecimentos ao Dr. Robson Braga Andrade, Presidente da FIEMG, com quem tivemos a oportunidade de estar ontem, em Jaíba, bem como à representação da FIEMG do Norte de Minas, na pessoa do Dr. Ariovaldo Melo e de Diretores.

Foi assinado um convênio entre a FIEMG e o SESIMINAS para a construção naquela cidade de uma unidade esportiva, educacional e cultural do SESI, que ocupará uma área de 7.800m² e que proporcionará, principalmente aos jovens, uma escola profissionalizante de altíssimo nível, ligada à área de produção alimentar. Aproveitando a potencialidade do Projeto Jaíba, haverá um parque esportivo dos mais modernos de Minas Gerais e uma estrutura educacional e cultural que irá resgatar toda a história e cultura de Jaíba e das cidades vizinhas. Atitudes e obras como essa nos fazem acreditar nos homens de bem e na potencialidade do complexo SESI, SESC, SENAI, sob a coordenação da FIEMG.

Cumprimento o Deputado Federal Danilo de Castro, Secretário Estadual da Casa Civil, que, juntamente comigo, foi o Deputado votado e majoritário em Jaíba - ele, como Deputado Federal, e eu, como Deputado Estadual. Se não fosse sua intervenção, seu prestígio junto à FIEMG e sua amizade com o Dr. Robson e toda a diretoria da FIEMG, não seria possível a construção e a assinatura desse convênio com a Prefeitura de Jaíba.

O Prefeito Giovanni está de parabéns pela garra, pela luta e pelas conquistas. Parabênizo a FIEMG por ter escolhido o município que mais cresce no País. A população de Jaíba será agraciada com a grande estrutura do SESIMINAS e com a FIEMG.

Recebemos o PMDI do Governo do Estado, uma obra fantástica que Aécio Neves está legando ao povo mineiro, principalmente à economia mineira. Trata-se de um trabalho bem-feito, desenvolvido pelo Secretário Anastasia e sua equipe. Como ele próprio diz na introdução, Minas Gerais está indagando onde estamos, que é o diagnóstico da atual situação; onde o Estado pretende chegar, que são os cenários futuros; e como chegar a eles, que são as estratégias e os planos prioritários. São planos estruturantes que envolvem toda a economia do Estado.

O cumprimento desse plano de ação em médio e longo prazos certamente dará uma nova dimensão a nosso Estado, diferentemente do que ocorreu no Governo passado, que procurou o confronto e a discórdia, em uma briga interminável com o Governo Federal, sem perspectivas de futuro. O Governo Aécio está de parabéns.

Ao fazer esse comentário a respeito do PMDI de Minas Gerais, gostaria de citar alguns tópicos. O Estado foi dividido em áreas administrativas, como o Triângulo, a Região Metropolitana, o Sul, etc., mostrando as regiões do Norte de Minas e do Jequitinhonha uma situação que me preocupa.

Quem leu esse documento certamente entenderá o porquê de, muitas vezes, eu, a Deputada Ana Maria Resende, aqui presente, e os Deputados Gil Pereira, Arlen Santiago, Wanderley Ávila e outros, que obtiveram votos na região Norte de Minas, ocuparmos a tribuna para, em 90% de nossos pronunciamentos, chamar a atenção para um maior aporte de recursos e programas para nossa região.

Ao observarmos esse documento do Governo do Estado, constatamos facilmente que nossa região está historicamente em posição de desvantagem. Se, nas próximas três administrações, o Governo do Estado dedicasse prioridade absoluta ao Noroeste, ao Norte e ao vale do Jequitinhonha, não chegaríamos perto das outras regiões em termos de desenvolvimento, renda "per capita", investimentos e atendimento às nossas necessidades. Estou falando de três administrações estaduais. Estamos há 12 anos de atraso em relação às outras regiões.

Isso está no documento do PMDI, e o Governo Aécio sabe perfeitamente que o Governo de Minas tem uma dívida histórica com essas regiões. Quanto à dimensão econômica do Estado, que inclui a renda "per capita" e o setor produtivo, se convencionarmos que, no mapa de Minas, o verde representará as áreas de maior investimento, renda "per capita" e produtividade e o vermelho representará nossa região, teremos uma nítida divisão, sendo, acima do Paralelo 18, tudo vermelho e, abaixo, praticamente quase tudo, verde.

Se formos focar os aspectos de infra-estrutura e meio ambiente, também veremos a mesma situação. Os investimentos em meio ambiente do Norte de Minas estão muito atrasados, talvez mais do que 12 anos de investimento. Não recebemos quase nenhum investimento nessa área. Noventa por cento dos nossos rios e córregos - cerca de 700 - secaram no ano passado por degradação da natureza. O maior número de queimadas e incêndios florestais ocorreram na região. Não temos nenhuma cidade ribeirinha do São Francisco com tratamento de esgoto domiciliar. Não há também tratamento do esgoto industrial. Tudo é jogado "in natura" no rio, cujo grau de poluição chega a um nível alarmante, ao limite máximo, e não recebemos nenhum investimento em meio ambiente.

No que diz respeito à dimensão social, a situação torna-se feia. Os investimentos sociais são praticamente zero em relação às outras regiões. Quando falo em dimensão social, refiro-me a investimentos na infra-estrutura da saúde pública e da educação, a fim de combatermos as desigualdades. Agora, o Governo Aécio Neves reconhece e apresenta programas, como o da reestruturação da rede hospitalar norte-mineira pública, o PROHOSP, e o da reestruturação do transporte escolar. Antigamente, os Prefeitos tinham de se virar para conseguir esses investimentos.

Há outros tópicos como "A Perspectiva Regional". Está do mesmo jeito, vermelhinho em cima e verde embaixo. Essa é aquela famosa linha que nos atravessa e atravessa também os nossos corações. O Governo lista essas oportunidades agora, para que possa atender-nos. Trata-se de um programa ousado e bem elaborado. Temos a obrigação histórica de cumpri-lo.

De acordo com esse pensamento, entra o segundo tópico do meu pronunciamento. Abordarei um programa estruturante para todos nós, lançado pelo Governo Aécio Neves. Refiro-me ao programa de pavimentação asfáltica dos nossos municípios.

Para essa primeira etapa, o Governador elegeu 40 municípios como integrantes. O critério foi dar preferência aos municípios que já possuíam os projetos elaborados. Nessa primeira etapa, foi escolhido o Município de São João do Paraíso, para concluir o projeto e, se possível, iniciar as obras neste ano. Essa foi uma grande luta nossa, durante anos, como Deputado majoritário nessa cidade. Temos feito um trabalho para chamar a atenção para esse município. Foram contemplados ainda os Municípios de Taiobeiras, de Rio Pardo de Minas, de Brasília de Minas, de São Romão, de Brasília de Minas, de Ubaí, de Santo Antônio do Retiro e de Mamonas. Esses foram os municípios que conseguiram fazer parte dessa primeira etapa.

A segunda etapa, já com recursos do Governo Federal e dos órgãos internacionais, deve beneficiar mais 80 municípios no ano que vem.

Chamo a atenção do Governo Aécio Neves e solicito que autorize a elaboração dos projetos técnicos, senão o Norte de Minas poderá ficar em segundo plano. Sei que isso não acontecerá, mas é necessário que promovamos um trabalho com esse fim. Citarei quatro eixos que deverão fazer parte do projeto no ano que vem: o eixo Norte, que diz respeito à complementação da cidade de Montezuma, uma das cidades de maior potencial turístico do Norte de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo, Ninheira, Indaiabira, Berizal -; o eixo São Francisco - Ibiracatu, Varzelândia, Montalvânia, Miravânia, Cônego Marinho e outras -; e o eixo Jequitai: Francisco Dumont, cidade turística, Guaraciama, Lagoa dos Patos, Ponto Chique e Campo Azul -; e o eixo Jequitinhonha, da parte esquerda da margem - Grão-Mogol, um dos municípios mais antigos do País, Botumirim, Itacambira, e os municípios da margem direita.

É necessário realizarmos um grande trabalho em favor desses municípios, porque, se não estivermos com os projetos prontos, ficaremos para a terceira etapa, em 2006. Temos de nos esforçar conjuntamente. Sei que posso contar, como sempre, com o apoio de V. Exa., Deputada Ana Maria, que certamente desempenharia o nosso papel, desfraldando a bandeira do Norte de Minas, mostrando ao Governador que só se pode falar em igualdade de condições se tivermos as nossas estradas asfaltadas e os programas estruturantes para a nossa região.

A Deputada Ana Maria Resende (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pelo seu pronunciamento.

Muitas vezes, as pessoas reclamam do nosso pronunciamento, mas só conhece a dor da discriminação aquele que é discriminado. Nós, do Norte de Minas, conhecemos essa dor. Falamos tanto dessa região porque conhecemos a dor da discriminação.

Quando V. Exa. falou da necessidade de projetos para as nossas estradas, senti necessidade de falar sobre o PRODETUR.

Apesar de V. Exa., eu e o Deputado Athos Avelino termos ido ao Secretário de Turismo no início do ano passado, para que projetos fossem elaborados com o objetivo de fazer o PRODETUR chegar ao Norte de Minas, fiquei muito triste ao saber que eles não foram feitos. Mais uma vez, a região foi discriminada e ficou fora do programa, porque os projetos não foram elaborados. Quero dizer que precisamos aprender com essa experiência. Cadê os nossos projetos? Eu, V. Exa. e outros Deputados precisamos fazer parceria, para cobrar, diuturnamente, os projetos para o asfaltamento das nossas rodovias que tanto nos fazem falta. Parabéns! Muito obrigada.

O Deputado Carlos Pimenta - Obrigado, Deputada Ana Maria. Encerrando, Sr. Presidente, cumprimento o Governador pelo Programa Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI. Além de fazer elogios e defender a execução desse programa, estaremos atentos ao pensamento e às ações do Governo, não privilegiando o Norte de Minas, mas esperando que a região seja reconhecida com uma das regiões integrantes do Estado, de grande potencial, mas que sempre esteve em segundo plano nos outros governos. Esse é o propósito. Estou aqui para apoiar os companheiros de outras regiões. Vejo aqui, da Zona da Mata, os Deputados Biel Rocha e Elmiro Nascimento, assim como o Deputado Paulo César e outros. Estamos prontos para ajudar, mas não abriremos mão de desfraldar a nossa bandeira. De forma séria e responsável, apoiamos o Governo e, ao mesmo tempo, mostramos a ele a necessidade histórica de investir cada vez mais no Norte de Minas, para que diminua o atraso em que vive, esperando que seja reconhecido pelo seu potencial e pelo grande povo que possui. Certamente, poderemos ter melhor qualidade de vida e a esperança agora e, principalmente, no futuro. Obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão* - Sr. Presidente, Secretário, senhoras e senhores, caros amigos da TV Assembléia, o assunto que me traz a esta tribuna hoje, com grande prazer, diz respeito à água de Belo Horizonte. A nossa Capital está sendo ameaçada, senhoras e senhores. Compartilho aqui com a opinião dos nossos amigos Biel Rocha e Padre João, porque realmente o projeto da MBR ameaça o abastecimento público da cidade. Início, mais uma vez, detalhando o caso historicamente. Na década de 50, a então empresa Saint Jhones comprou o terreno onde hoje está sendo instalada a Mina Capão Xavier. Ali, nasce a água que abastece toda a Zona Sul. Aproximadamente 500 mil pessoas dependem daqueles mananciais. Depois, foi instalada a Mina da Mutuca, local onde foi explorado minério durante mais de 20 anos.

O processo da Mina de Mutuca entrou na fase de recomposição do meio ambiente, o que já deveria estar sendo feito. Mas, infelizmente, está sendo iniciado novamente o processo da Mina Capão Xavier. O PMDB denunciou nesta Casa, há um mês, todo o processo de licenciamento, que ocorreu com muitas falhas, muitos questionamentos e muitas dúvidas. Para começar, houve o desrespeito à Lei nº 10.793, que dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público do Estado. Diz o seu art. 4º: "Fica vedada a instalação, nas bacias de mananciais, dos seguintes projetos ou empreendimentos que comprometam os padrões mínimos de qualidade da água. II - atividade extrativa vegetal ou mineral". No art. 6º, a lei diz: "São atividades permissivas das bacias de mananciais, ressalvada a competência da União: o turismo ecológico, a pesca, a atividade agropecuária, a produção hortifrutigranjeira, o uso de irrigação e a piscicultura". A lei veda a instalação de mina em locais onde há mananciais destinados ao abastecimento público de água.

Muitos estão tentando colocar este parlamentar e todos os outros do PMDB contra todo o setor minerário. Essas pessoas estão tentando tirar o foco da situação. O PMDB não é contra o setor minerário. Quando o setor minerário precisar e estiver de acordo com a lei e com o Estado de Minas Gerais, terá o apoio irrestrito do PMDB. Somos contra um empreendimento minerário localizado em mananciais públicos de abastecimento de água, vedado pela Lei nº 10.793. No ano de 1997, o COPAM, através da Deliberação nº 20, classificou os mananciais de Fecho, Mutuca e Catarina como mananciais de classe especial, ou seja, de abastecimento público. A lei estadual, repito, veda a instalação de um empreendimento como esse em cima de mananciais de abastecimento público. Por isso, no ano de 1996, foi assinado um termo pelo IEF, pela MBR, pela COPASA e pelo então Prefeito, atual Ministro, Patrus Ananias, cuja cláusula 6ª diz: "A implantação de qualquer atividade em área em questão está regida pela Lei nº 10.793".

Esta é a situação, Sr. Presidente, Sr. Secretário, senhoras e senhores. Em 1996 o IEF e a própria MBR reconheceram que a Lei nº 10.793 tem que ser respeitada. Mas, infelizmente, houve um erro grave, um erro de início. Quando se começa errado, termina errado, como está terminando esse processo.

Foi contratada uma empresa espanhola chamada Frasa Engenharia para fazer os estudos hidrogeológicos e de impacto ambiental, necessários para que esse projeto pudesse ser viabilizado. O grande problema é que essa empresa não existe, pois não tem autorização para trabalhar no Brasil. Para que um médico, um engenheiro ou uma empresa atuem no exterior, na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia ou na África, precisam requerer a inscrição no conselho apropriado e ser submetidos a provas no país. Somente após comprovar à nação sua habilitação e o respeito às leis, a liberação lhe é cedida.

Os engenheiros da Frasa Engenharia não apresentam credenciamento no CREA e realizaram estudo de mais de três anos, que não existe, porque a legislação brasileira proíbe serviço clandestino. Esse estudo custou US\$400.000,00, mais de R\$1.200.000,00. A ECOLAB, apesar de ser nacional, realizou estudos embasados em trabalhos inexistentes. Diz claramente, no início do estudo, que "de comum acordo, as partes realizaram estudos técnicos de impacto hidromineral, por intermédio da empresa espanhola Frasa Engenheiros Consultores, regulados pelo Termo de Compromisso nº 93.0356/93, pelo Convênio nº 951461/95, denominado estudo hidrogeológico ambiental". O estudo foi realizado para o embasamento da liberação dessa mina, do estudo de impacto ambiental, da liberação da licença de instalação pela licença prévia e pela licença de operação. Se esse estudo tramitasse na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Belo Horizonte ou na de Nova Lima, seria considerado inconstitucional, imoral e ilegal para a sociedade.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Colegas Deputadas e Deputados, Deputado Leonardo Quintão, há 45 dias fazemos essa manifestação, que culminou com a do último sábado. Para nossa felicidade, o Tribunal de Justiça manteve a decisão de suspender todas as atividades de Capão Xavier.

Precisamos descobrir o que se passou por trás disso. Lembro, mais uma vez, que um Deputado do PT disse que fazíamos a manifestação porque "por trás desse angu, havia lingüiça". Estamos atrás da lingüiça e descobriremos outros fatos, principalmente na Prefeitura de Belo Horizonte. O Patrus Ananias e o Célio de Castro não quiseram autorizar o licenciamento prévio.

O Governo atual do Prefeito Fernando Pimentel autorizou-o, e, com isso, está havendo esse imbróglio. Trata-se de uma das maiores agressões que se pode ver a uma comunidade. Belo Horizonte, em seu meio ambiente, está sendo agredida pelo poder econômico.

Tivemos a satisfação, Deputado Leonardo Quintão, Deputado Chico Simões, de ver que, em 1975, houve aqui, na Assembléia, em plena ditadura militar, uma CPI para tratar da questão da MBR. Os documentos estão aqui para quem quiser ver. Na época, já dizia o relator, em suas conclusões: "Que a Assembléia promova, de imediato, o tombamento da mata do Jambreiro e da área que vai da crista da serra do Curral até o pico de Belo Horizonte". Isso já foi devastado. Esse relatório é de 1975. O que a MBR quer no Capão Xavier é uma exploração de 22 anos. Dizem eles: "22 anos apenas".

No relatório, que leremos depois, com detalhes, diz, finalmente, na letra "d": "Que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, independentemente das medidas constantes da letra 'a', determine à sua assessoria jurídica sobre o cabimento de propositura de uma ação popular - foi o que fizemos - para a defesa dos interesses do nosso Estado contra as atividades prejudiciais da MBR". Isso, Deputado Leonardo Quintão, foi em 1975. Quer dizer, há 30 anos a Assembléia tenta fazer algo contra a MBR, contra essa devastação, mas o poder econômico fala mais alto. Em 1975 estávamos ainda no regime militar, portanto as coisas eram mais difíceis. No entanto, aqui está o relatório assinado pelos Deputados José Luiz Baccarini, José Santana de Vasconcelos, Jorge Carone, Ferraz Caldas e Sylo Costa. Vejam bem, em 1975. Repetirei isso várias vezes.

Essa CPI precisa ser do conhecimento dos Deputados, que, na sua maioria, não estão se interessando por essa matéria, não estão preocupados com a situação que estamos vivendo aqui, no alto da Zona Sul de Belo Horizonte. Embora quase ninguém esteja, nós estamos. Repito, mais vez: já houve Deputado aqui preocupado, que fez uma CPI nos moldes dessa de Capão Xavier. Será que fecharemos os olhos, fingiremos que não está havendo nada, apenas para atender os interesses de uma empresa que diz que gerará 200 empregos, mas, em compensação, tirará a água de uma população de 500 mil pessoas em Belo Horizonte? Será que isso é importante?

A manifestação da Igreja Católica tem sido de uma felicidade a toda prova, porque lá, sim, esgotarão as águas dos mananciais. Explorarão o minério em cima desses mananciais, mesmo havendo uma lei proibindo essa prática. Trata-se de uma lei, de bastante felicidade, de autoria do Deputado Mauro Lobo, sancionada pelo então Governador Hélio Garcia.

Portanto, Deputado Leonardo Quintão, leremos, entregaremos aos Deputados esse relatório de 1975, que já mostrava os problemas da MBR, da serra do Curral e do Jambreiro, a mineração realizado contra o relatório de uma CPI, contra a vontade do povo, apenas para atender os interesses dela.

Tivemos informação de que uma das ações populares que ajudamos a patrocinar, a que está correndo no Tribunal de Justiça, foi negada por esse Poder. Portanto, para nossa alegria, confiando na justiça de Minas e na Justiça Federal, está suspensa a exploração de Capão Xavier.

Solicitei este tempo apenas para dar essa informação ao nosso Presidente, a fim de que tome conhecimento de que tudo o que estamos falando tem embasamento político, jurídico e apoio popular. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão* - Como a Mina de Mutuca foi exaurida, estão tentando a de Capão Xavier. Mas ali não jogarão os restos, não conseguirão fazer a contenção, porque atrasarão o processo de recomposição do meio ambiente de Mutuca em prol desse novo projeto. Solicitamos todo o processo de licenciamento da Mina de Mutuca e as obrigações mitigadoras da MBR para com essa área. A recomposição do meio ambiente da Mina de Mutuca não pode mais ser atrasada por causa desse novo projeto, que é imoral, ilegal e inconstitucional. Vamos nos unir em favor dessa causa, porque todos dependemos da água. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, abordaremos novamente um assunto que está proibido de ser comentado pela imprensa, por esta Casa, pela COPASA, pelo COPAM, principalmente por sua Câmara Mineral, cuja revisão precisa ser sugerida por esta Casa. Ali existem membros, representantes legais de empresas que prestam serviços e avocam para si multas, absolvendo empresas que lá estão há muitos anos. Essa situação precisa ser examinada. O COPAM deve ser fiscalizado. O povo de Belo Horizonte não pode ser enganado. Continuaremos nessa luta, mesmo que tenhamos de ocupar esta tribuna todos os dias para denunciar essa situação, pedindo que este parlamento defenda a água da população da Capital.

O Deputado Antônio Júlio, com muita lucidez, lembrou-se de que já foi instalada nesta Casa uma CPI sobre esse assunto. A história é clara: na concepção da nova Capital, em Barbacena, os Senadores já pensavam em um local onde não faltasse água. Como Prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek agiu da mesma forma. Adotaram o mesmo procedimento os ex-Prefeitos Celso Melo Azevedo e Carone. Jorge Orlando, ex-Deputado a esta Casa, também instalou uma CPI para investigar esse assunto.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva é autor de uma PEC que dispõe sobre o tombamento da serra da Moeda. Existem pessoas de Nova Lima transitando nos corredores desta Casa, julgando que a expressão "tombar" é o mesmo que acabar com a serra, vendê-la para a MBR. Não podemos permitir isso.

No último sábado, realizamos uma grande passeata, organizada pela Igreja do Carmo e pelo PMDB. O evento contou com a participação de toda a bancada do partido nesta Casa, de membros do PMDB Jovem e do PMDB Mulher, de suas executivas estadual e municipal, de freis e freiras da Igreja do Carmo, de representantes da Ordem dos Franciscanos, de representantes da CUT - liderados pelo Vice-Presidente Regional,

Lúcio Guterrez -, de representantes das Câmaras Municipais de Belo Horizonte e Nova Lima, como os Vereadores Arnaldo Godói e Neila Batista; de representantes do PT, da comunidade do Morro do Papagaio e de integrantes do MST. A caminhada iniciou-se às 9 horas, saiu da Igreja do Carmo e seguiu até a entrada da Mina Capão Xavier.

Senhores, o lago que representa a entrada de Capão Xavier é uma vergonha. Não há a mínima possibilidade de lavar as mãos nessa água. Como na propaganda da MBR, que diz que o Scherer nada, gostaria de saber se ele também nada nessa água e se alguém tem coragem de beber um gole dela.

Estranhamente, vi alguns caminhões atravessados na porta da mina. Nela estava a Guarda Municipal de Nova Lima, tomando conta de um patrimônio privado, explorado pela MBR. Se acharem que não é privado, seria também do Município de Belo Horizonte. Por que essa quantidade de guardas municipais na porta da mina?

Felizmente o Desembargador, relator do agravo de instrumento que tramita no Tribunal de Justiça, acaba de manter a liminar da Vara de Fazenda Pública da Capital que proíbe a exploração da Mina Capão Xavier. Há 30 minutos tomou essa decisão. Na verdade, o Poder Judiciário, tanto o do Estado quanto o Federal, mostra para esta Casa que a lei não está sendo cumprida. Outro poder está exercendo a nossa obrigação de fiscalizar e manter o cumprimento das leis, porque simplesmente deixamos de observá-las. Será que este parlamento se agachou? Será que este parlamento, neste momento, deixa de reconhecer a nossa obrigação de fiscalizar e de cumprir a lei?

Caros colegas, sei que o assunto é proibido na imprensa e entre os colegas. O tombamento da serra da Moeda está sendo tratado de outra forma. Como disse, ela acabará. A água de nossos filhos e netos e de gerações futuras realmente acabará. Será que ficaremos calados? Não me calarei, mesmo que, no meu mandato, tenha de falar todos os dias sobre isso. Mesmo que o trator econômico tente nos atropelar, ainda que temporariamente, em qualquer lugar, seja na mídia, seja neste parlamento, certamente a história nos fará justiça.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Deputado Adalclever Lopes, inscrevi-me também para realizar um pronunciamento. Abordarei alguns trechos da CPI, elaborada por esta Casa em 1975. Nessa época, Juscelino Kubitschek permitiu a exploração de parte dos minérios. Juntamente com essa exploração, a MBR tinha a obrigação de trazer também o setor siderúrgico. Mas isso não ocorreu. Esse assunto se encontra na CPI de 1975, realizada na época da ditadura.

Lerei um trecho, que é parte final de toda a manifestação. (- Lê:)

"Isto posto, passamos a examinar as atividades da MBR em Minas Gerais e, de maneira especial, na serra do Curral.

O Dr. Afonso Paulino, em seu depoimento, afirmou que, em suma, "a execução do chamado Projeto de Águas Claras, realizado pelo Grupo Hanna, sob o nome de Minerações Brasileiras Reunidas", trouxe as seguintes conseqüências que denominou de desastrosas: a) poluição das águas e destruição das nascentes que abastecem grande parte da população da Grande BH e, naturalmente, as cidades de Nova Lima e Raposos; b) destruição da mata do Jambreiro, única reserva natural num raio de 200km em torno de Belo Horizonte; c) destruição da barreira natural de montanha, que garantia a Belo Horizonte um excelente clima (seco e frio); d) extinção do Vera Cruz, para que a RFFSA pudesse cumprir o contrato de transporte de minério de ferro celebrado com a MBR; e) o contrato entre a MBR e a FERROBEL, prejudicial aos interesses desta e, de conseqüência, aos interesses da Capital; f) destruição da fauna na mata do Jambreiro. Isto sem falar nas constantes explosões de dinamite, provadas e comprovadas por fotografias por ele anexadas."

Essa é uma das poucas conseqüências da CPI, infelizmente não tenho tempo para ler todo o relatório, elaborado em 1975. Mas gostaria de citar a referência ao córrego do Massena: "O lugar onde a água nascia é exatamente onde está, hoje, a MBR. Com isso, já não se faz sua canalização por declive, e, durante as chuvas, as bombas não podem funcionar".

Isso em 1975, e já estamos em 2004. Como podem explorar 250m de profundidade, fazer uma cava de 400m, como podem todos os laudos apresentados afirmar que haverá secagem dos mananciais, e eles dizerem que não faltará água? Talvez aconteça outro milagre.

Hoje é um dia de grande alegria para todos nós, graças à liminar do Tribunal de Justiça, impedindo a exploração de Capão Xavier, e a essa CPI. Gostaria que os outros Deputados lessem esse relatório, e também a imprensa, que está impedida de se manifestar sobre o assunto, não sei por que motivo, mas é um assunto da maior importância, não somente atual, mas futura. A MBR fez um contrato com Belo Horizonte, explorou tudo que quis, havia contratos que diziam que criaria a siderurgia juntamente com a exploração, e isso não ocorreu, e continua fazendo promessas de que explorará durante 22 anos e irá repor a água de Belo Horizonte. Essa empresa não merece credibilidade, pois tenho em mãos um documento que demonstra que jamais cumpriu seus compromissos com a população de Belo Horizonte.

Deputado Adalclever Lopes, continuaremos nossa luta contra os interesses econômicos das empresas que não respeitam o meio ambiente. Obrigada.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Tive conhecimento da CPI realizada em 1975, e 29 anos depois vemos a mesma coisa acontecendo. Um artigo interessante publicado por um dos jornais da Capital diz que CPIs nesta Casa só serviam para achaques. Já que esta Casa não serve para investigar nada, nem quer, pois há um ano e meio não faz uma CPI, coloco-me à disposição de V. Exa. para que entremos, imediatamente, com uma ação popular obrigando as empresas mineradoras a restaurar o meio ambiente. Essa ação, que é irreversível, não permitirá que vagabundo nenhum da imprensa venha dizer que é para negociação.

A primeira ação que estamos inaugurando esta semana será da serra do Curral.

Quero ver se algum vagabundinho desses que recebem dinheiro da MBR e de outras, se esses jornalistaezinhos que gostam de falar essas coisas vão dizer que é para negociação. A ação popular é irreversível.

Parabenizo V. Exa., pois tomou o caminho certo. Já que esta Casa não está prestando para nada mesmo, mas apenas para pagar a um monte de Deputados que já não têm condições de fazer nada, pois se encontram sob a ditadura imposta pela nossa Mesa, devemos procurar o caminho da justiça, mas - lembre bem - o da Justiça Federal. A Justiça Estadual significa uma nebulosidade e, junto ao Ministério Público, não consegue apurar coisa nenhuma. Já a Justiça Federal, pelo menos, está conseguindo mostrar serviço. Parabéns à Justiça Federal, por não ceder aos encantos dos grandes empresários, principalmente os da mineração, que nada trazem para Minas Gerais, a não ser buracos, como fizeram com a Mineração Morro Velho, MBR e outras. Em todos os casos, utilizaremos o elemento principal, a ação popular. Vamos buscar o gato onde ele estiver. Não vamos ficar à mercê de jornalista que ganha para fazer achaques do tipo do que está fazendo com este parlamento. Enquanto isso, esta Casa encontra-se sem moral nem estrutura para enfrentar a situação, graças à Mesa que elegemos há um ano e meio, visto que não toma nenhuma providência relativamente aos seus participantes. Obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Nobre Deputado Irani Barbosa, V. Exa. se excedeu ao falar sobre esta Mesa. Deputado Adalclever Lopes, seu tempo encerrou-se.

O Deputado Adalclever Lopes - Peça que Deus nos ajude. Como a igreja está junto conosco nessa empreitada, iremos rezar dia e noite para que o tombamento da serra da Moeda não siga com os vagões e vá embora para a China.

* - Sem revisão o orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha, na semana passada, travamos um bom debate com o Deputado André Quintão a respeito do Programa Bolsa-Escola, assunto que envolve famílias carentes do vale do Jequitinhonha. Aproximadamente 51 municípios são atingidos pelo Programa. Nosso embate era com o objetivo de resgatar esse histórico e prestar informações corretas a respeito do tema. Disse para o nobre Deputado que havia dificuldade de comunicação, pelo fato de envolver pelo menos duas Secretarias de Estado, a de Educação, da Secretária Vanessa, e a de Desenvolvimento Social e Esportes, do nobre Deputado João Leite. Ficamos de realizar um debate no dia 15, fruto de requerimento apresentado pelo Deputado André Quintão. Após as informações que nos acalmaram, tivemos a certeza de que aqueles que nos acompanhavam pela televisão também puderam ficar tranquilos. Pela evidência dos fatos, ficamos todos convencidos de que não se tratava de um saco de maldade, mas de algumas questões administrativas que influenciaram o caso, para que determinadas medidas pudessem ser tomadas. Conversamos com a Secretária Vanessa Guimarães, que, aliás, está fazendo um belíssimo trabalho na área educacional em Minas Gerais. Já fomos o melhor Estado em educação pública no País e hoje ocupamos o quarto lugar. Agora, sem dúvida, já estamos caminhando decisivamente para resgatar nosso lugar de direito. Tenho certeza de que o Governador Aécio Neves está determinado a fazer isso, e, com a competência da Secretária Vanessa Guimarães, chegaremos a esse lugar muito rapidamente. Em conversa com a Secretária, Deputado André Quintão, pude compreender todo o processo com mais clareza. Vou passar a ler, depois podemos fazer alguns comentários. O fato é que, primeiro, já afirmamos, não há nenhum risco de alguma família sofrer qualquer prejuízo em relação a essa questão. A Secretária, por determinação do Governador Aécio Neves, já assumiu o compromisso de que nenhuma família será prejudicada com isso. Mas o histórico desse processo começou no ano passado, ainda no início do Governo Federal, quando se lançou o Programa Bolsa-Família.

O Programa Bolsa Familiar para a Educação foi instituído originalmente pelo Decreto nº 40.327, de 23/3/99, tendo como objetivo garantir acesso e permanência em escolas públicas de crianças e adolescentes com idade de 7 a 14 anos que viviam em situação de risco em municípios dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, do Norte de Minas e da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujas famílias se encontram em precária condição sócio-financeira. Visando ao aperfeiçoamento e ao redimensionamento desse Programa, foi criada a Lei nº 14.314, de 19/6/2002, de iniciativa do Poder Legislativo, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 40.041, de novembro de 2002. Sua implementação iniciou-se no vale do Jequitinhonha e, desde 2000, estendeu-se gradativamente aos 51 municípios. Foram beneficiadas 21.700 famílias em 2002, das quais 59% foram atendidas pelo programa estadual em tempo inferior ao previsto pela legislação: dois anos, prorrogável por mais um ano. Dessas, 69 foram admitidas há quatro anos, em abril de 2000, e as outras 39, em março de 2001.

Apesar de o Estado passar por dificuldade financeira, já que o Governo Aécio Neves herdou R\$2.500.000.000,00 de déficit orçamentário, o que representa imensa dificuldade no caixa, precisa atender a essa questão social. Com a finalidade de viabilizar a extensão do programa, foram realizadas, no primeiro semestre de 2003, iniciativas destinadas a estabelecer articulações do programa estadual com o Bolsa-Escola do Governo Federal. Segundo os primeiros estudos comparativos de base de dados, 6.500 famílias receberam benefícios de ambos. Com a unificação dos programas federais de transferência de renda - 92% do Fundo de Assistência Social do Governo Federal foram destinados ao Bolsa-Família -, constatou-se que 14 mil famílias recebiam benefícios do programa federal e do estadual. No entanto, esse fato não pode ser precisamente avaliado devido a diferenças técnicas que dificultam a comparação das informações cadastrais existentes nas bases de dados.

Essa nova realidade levou à necessidade de entendimentos, a partir de setembro de 2003. No ano passado, a Dra. Ana Fonseca era a responsável pelo Bolsa-Família, e, como resultado, pactuou-se que o Governo Federal incorporaria ao seu programa todos os participantes do Bolsa-Família para a educação de Minas Gerais, ficando o Governo do Estado com o compromisso de implementar os programas complementares. Mostramos documento assinado pelo Secretário João Leite com o Governo Federal, segundo o qual vários programas complementares seriam realizados pelo Governo do Estado. Em contrapartida, o Governo Federal assumiria o Bolsa Familiar. As mudanças na equipe do Governo Federal no início do ano, primeiro entrave da questão que originou tudo isso, adicionadas à decisão do Ministério do Desenvolvimento Social de priorizar o atendimento nas Capitais, por intermédio do Bolsa-Família, resultou na defasagem dos cronogramas acertados, pois as famílias participantes do programa estadual encontram-se no interior do Estado. As que estão há mais de três anos no programa estadual foram previamente informadas sobre a suspensão do pagamento das bolsas a partir de abril, antes de serem incorporadas ao programa do Governo Federal.

Então, a mudança de ministério e de postura com relação à prioridade no atendimento, mudando-se do interior para a Capital, fez com que se criasse essa defasagem.

O Governo do Estado de Minas Gerais, em razão do que havia sido pactuado anteriormente, está cumprindo o cronograma. A previsão de deixar de atender essa Bolsa-Escola era porque as famílias já teriam sido atendidas pelo Governo Federal.

É preciso fazer um registro aqui, Deputado André Quintão: os recursos que não forem pagos sob a forma de Bolsa-Escola não virão, Deputado Doutor Ronaldo, para o cofre do Estado, para a Secretaria da Fazenda. Serão investidos na mesma região, na área social à qual está destinada. Na verdade, o que o Governo quer é ampliar o número de famílias atendidas. Se o Governo Federal já está tratando de uma questão, logicamente o Governo do Estado, até por um compromisso formal assumido, cuidará dos outros programas, como já dissemos aqui na semana passada. Esse foi o motivo do atraso.

Temos que imaginar que na Secretaria da Educação, que cuida de 853 municípios, com um número imenso para tratar, existem as áreas técnicas responsáveis por cada um desses assuntos. É lógico também que os cronogramas não podem ser revistos a cada semana. A idéia, a ordem como um todo, era manter o cronograma inicial. Então, em razão da defasagem, da mudança de Ministro e de postura, não se detectou a tempo esse problema trazido a esta tribuna pelo Deputado André Quintão.

Logicamente, isso foi possível em função do conhecimento que teve o Governador por meio do contato com a Secretária de Educação. O Governador Aécio Neves é um governante extremamente sensível às questões sociais, sabe que governo deve ser voltado para os menos favorecidos - os ricos não precisam dele -, tem demonstrado sua sensibilidade com o interior de Minas Gerais, quando assina essa ordem para a interligação de 224 municípios do Estado, a um custo de R\$1.000.000.000,00. Um Governador que tem essa sensibilidade tão logo tomou conhecimento dessa questão, sensibilizada que foi a Secretária Vanessa Guimarães ao levar para ele, determinou imediatamente a não-suspensão do pagamento. Então, a ordem do Governador e da Secretária Vanessa Guimarães é que estão mantidos os pagamentos a todas as famílias até que se viabilize a total incorporação ou transição do Bolsa-Escola para o Bolsa-Família. Portanto, o auxílio àquelas famílias não sofrerá solução de continuidade.

É muito fácil ser um dos Líderes deste Governo, que prima pela ética, pela seriedade, que tem uma equipe de governo sensível às questões do nosso povo.

Constatamos a sensibilidade do Secretário João Leite com a questão social, tirando água de pedra para realizar esse trabalho extraordinário, que farei questão de trazer ao conhecimento desta Casa.

A Secretária Vanessa Guimarães está empreendendo ações - e terei oportunidade de mostrar alguns dados - voltadas aos pobres e carentes, resgatando algo que estava abandonado há muito tempo pelos governos anteriores. Sensível a esse problema, a Secretária agiu imediatamente. Assim, nenhuma família será prejudicada.

Conforme a Secretária, entendimentos mantidos no último dia 2 de abril com o Dr. Sérgio Paganini Martins, Diretor de Gestão dos Programas de Transferência de Renda, asseguram compromisso de tratamento diferenciado ao Estado de Minas Gerais, pelo qual essas famílias serão todas incorporadas ao Programa Bolsa-Família ainda no primeiro semestre. Isso estava previsto para o segundo semestre. No entanto, sensibilizado pela ação política empreendida pela Secretária Vanessa Guimarães e pelo Secretário João Leite, o Governo Federal resolveu antecipar essa incorporação para este primeiro semestre.

Com o objetivo de agilizar os procedimentos, a Secretaria de Educação está encaminhando a base de dados cadastrais dessas famílias à Caixa Econômica Federal, ficando a Sra. Vânia Maria do Vale Figueiredo responsável pela tarefa de proceder à migração desses dados para o cadastro do Programa Bolsa-Família. Ao mesmo tempo, ao Dr. Gilberto José Rezende dos Santos, Subsecretário de Administração do Sistema de Educação, foi atribuída a responsabilidade de representar a Secretaria de Educação junto à CEF, para viabilizar as medidas administrativas requeridas.

Como foi dito, por determinação do Governador Aécio Neves está sendo prorrogada a permanência das famílias no programa até que o processo de migração tenha sido concluído. A expectativa da Secretaria de Educação e do Governo Federal é que esse processo esteja implantado no mês de julho próximo. Em relação às demais famílias, a previsão é que a migração seja concluída até dezembro.

Estou cumprindo o meu terceiro mandato nesta Casa, Deputado André Quintão. Nunca vi um governo tão ágil e sensível como o de Aécio Neves. É justamente isso o que deseja, isto é, agilidade, máquina administrativa que resolva rapidamente os problemas do povo mineiro. Estamos falando de programas e projetos que possuem datas, pessoas responsáveis e prazos de execução. Essa nova modalidade administrativa implantada pelo Governador Aécio Neves tem encontrado em seu secretariado, no caso, na Secretária de Educação, Vanessa Guimarães, competência, sensibilidade, agilidade e dinamismo.

Deputado André Quintão, posso afirmar que, se se tratasse do Governo anterior, sem dúvida nenhuma, passaríamos o resto do mandato falando sobre esse assunto, que ainda cairia no esquecimento. Em outros governos, nem sequer conseguiríamos falar com o Secretário. Como já disse, fica fácil defender o Governo de Aécio Neves, porque os erros - é impossível que não aconteçam, porque se trata de pessoas, que, ao cumprirem legislações e rituais, encontram percalços, cometendo falhas -, tão logo detectados, são corrigidos imediatamente, como foi o caso trazido aqui por V. Exa.

Deputado André Quintão, com documentos, afirmo o que disse desde o primeiro dia: fique tranqüilo, pois elas não sofrerão. Digo aos que nos acompanham pelo vale do Jequitinhonha que o nosso Governador é sensível e certamente ninguém será prejudicado.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, Líder da Maioria nesta Casa, inicialmente parabenezo V. Exa. pela seriedade e pela tranqüilidade com que, durante todos estes dias, procurou dirimir dúvidas e buscar esclarecimentos. O principal é que devemos chegar a um caminho de resolução do problema nesta Casa. Diante da posição oficial do Governo em aguardar a incorporação dessas famílias num processo de negociação do Programa Bolsa-Escola para o Programa Bolsa-Família, não abordarei a discussão sobre o processo, para não tomar o tempo de V. Exa. No ano passado, quando o Governo Lula unificou os programas de transferência de renda, de fato, o processo significou nacionalmente um avanço. No caso de Minas Gerais, a não-evolução evidentemente não ocorreu por causa da alteração no Ministério do Desenvolvimento Social, mas talvez por causa da ausência de informações do cadastro mineiro.

O Deputado Miguel Martini - Há dois fatores. Sem dúvida nenhuma, a mudança altera. Mas há também mudança de foco, que, inicialmente, era no interior e, agora, é na Capital. Tanto assim é, que V. Exa. disse que a PBH não perdeu com isso.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, a informação é que no cronograma pactuado não se falava em data, mas em medidas. Evidentemente, essas medidas foram cumpridas no Governo Federal, e não no Governo Estadual. Hoje essa discussão é secundária. Reitero que essa é uma vitória da Assembléia Legislativa. V. Exa. elogiou muito o Governador, a Secretária de Educação e o Secretário de Desenvolvimento Social. De fato, todos eles possuem os seus valores, as suas trajetórias técnicas, políticas e profissionais. Tenho muito respeito por eles; aliás, ao levantar a denúncia nesta Casa, isentei-me de suscitar qualquer tipo de termo, como "saco de maldades", de intencionalidade, pelo contrário...

V. Exa. não disse isso. Criei esse termo em razão do sentimento.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - No caso da Secretária de Educação e do Secretário João Leite, que foi meu colega na Prefeitura, certamente não se motivaria medida como essa por gesto algum de insensibilidade deles quanto às famílias.

As palavras de V. Exa. confirmam o que penso. A decisão administrativa foi motivada talvez por uma necessidade de ajustamento orçamentário sem a compatibilização com o processamento técnico e político de transferência dessas famílias para o programa Bolsa-Família. Houve um descompasso, pois o comunicado ocorreu. Reitero que, felizmente, a Assembléia cumpriu o seu papel. Os Deputados e esta Casa existem para isso.

Sr. Presidente, recebi a denúncia quando estava no vale do Jequitinhonha. Os Prefeitos procuraram. Trouxemos a questão. O Líder da Maioria agiu como Líder da Maioria, pois buscou as informações. Então, como os erros foram identificados, o Governador determinou que fossem corrigidos por meio do cancelamento da suspensão o qual solicitamos nesta tribuna.

Este Deputado pediu ao Governador que voltasse atrás na decisão. Elogio seu Governo por isso. Errar é humano, principalmente quando se trata de erro administrativo, e não de intenção. Esse episódio valorizou o papel desta Assembléia, da Oposição e do Governo. Este não foi arrogante nem prepotente, não desconheceu o problema.

Fizemos contato com o Líder Alberto Pinto Coelho e deixamos claro que nossa motivação eram as famílias. Fico feliz por saber que 12.600 famílias receberão R\$70,00 no final do mês, sua única renda. A partir de agora haverá agilização, o Estado desejará fazer a unificação com os programas complementares, acompanhando as chamadas condicionalidades. Estou certo de que, mesmo com a orientação de prioridade nas regiões metropolitanas, o Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, mineiro que tem profundo respeito e amor pelo vale do Jequitinhonha, terá a maior boa-vontade de se encontrar com o Governador e os Secretários para agilizar essa incorporação, que significa o aumento da renda, pois o Bolsa-Família pode chegar a R\$95,00 por família.

Esse episódio demonstrou como a Oposição e a Situação podem e devem agir. A Oposição existe para identificar os problemas. Fico feliz, já não haverá suspensão do pagamento, as famílias e os 30 municípios do vale do Jequitinhonha podem ficar tranqüilos, assim como os 21 municípios restantes. Aqui não há vencidos nem vencedores, mas uma Casa Legislativa democrática, que está cumprindo seu papel de oposição e

governo. É esse o comportamento que a população exige de governantes e parlamentares. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado. Discordo de V. Exa. apenas em um ponto. A Secretária de Educação poderia, simplesmente, dizer que já estavam superados pela própria legislação, que não existe mais autorização legal para isso. A lei prevê dois anos, prazo prorrogável por mais um. V. Exa. diria, se a avaliação permitir... No entanto, há pessoas que recebem há quatro anos, o que mostra que houve sensibilidade. Mas não é isso. Estamos destacando, primeiro, o comando. Há um comando do Governador e dos Secretários, que fazem com que seus colaboradores funcionem a tempo e a hora. Bastou que a Secretária tomasse conhecimento, houve a determinação, e o assunto foi resolvido. Isso significa dizer que há sensibilidade. É comum as pessoas nem acreditarem nos administradores públicos, em razão da sua insensibilidade diante dos graves problemas.

Vemos Deputados citando casos de rodovias em estado precário, aliás, com palavras mais ácidas, colocando-se contra ex-Ministros porque as coisas não estão funcionando. Portanto, é importante destacar, sim, a sensibilidade e a competência da Secretária e do Governador.

Volto a dizer, Deputado, o Estado possui um planejamento. A ação é planejada no ano anterior. Depois, nos prazos previstos, vai sendo executada. Enquanto não existir fato maior, o cronograma tem de ser seguido. Logo, houve uma seqüência de acontecimentos. Assim que foi identificado, o problema foi resolvido.

Parabéns, Secretária Vanessa Guimarães, Governador Aécio Neves e Deputado André Quintão, que discorreu sobre o problema. E, de maneira cordial e serena, travamos o diálogo. Resultado: essas famílias continuarão usufruindo dos benefícios. Aliás, era o que todos desejávamos; era o que queriam o Governador e o Deputado André Quintão. Trata-se também de compromisso assumido por este Deputado com V. Exa. e com o Deputado Adelmo. Eu disse: como V. Exas., também sou um dos maiores interessados.

Todavia, se não fossem a sensibilidade da Secretária e a competência do Governador, não estaríamos dando esta notícia aos senhores hoje. Provavelmente, esperaríamos o debate do dia 15 para buscar justificativas. É preciso registrar, Deputado, que não se pretende aumentar o bolo do caixa do Secretário Fuad Noman. A Secretária registra neste documento: "Expansão do Programa Escola Viva, Comunidade Ativa, que está funcionando em 81 escolas e tem como objetivo fazer com que o aluno realmente aprenda a ler e a escrever com acesso aos conteúdos formais da educação, além de participar de projetos culturais, esportivos, sociais e de segurança". E mais: "Sucesso no vestibular e compromisso da escola pública na preparação dos alunos para a universidade, distribuição das obras literárias gratuitamente para os alunos que não têm recursos". Agora, terão acesso à universidade. "Escolas-referência com foco no ensino médio. 400 do Estado de Minas Gerais estão sendo beneficiadas com reformas, reaparelhamento e móveis novos." Tudo isso acontecerá até o dia 25 de abril. "Ensino fundamental de nove anos". Minas Gerais sai na frente, pois é o primeiro Estado a adotar essa modalidade. Ou seja, a criança vai para a escola aos 6 anos de idade, obtendo, assim, maior aproveitamento.

Deputado Sebastião Helvécio, a quem, daqui a pouco, concederei aparte, há uma previsão, um cronograma contendo muitos projetos. Esses são alguns. Na semana passada li outros tantos. Todos esses programas representam o anseio da Secretária de implementar os novos projetos, a fim de beneficiar mais famílias. Por isso, essa análise é muito tranquila.

Peço ao Deputado André Quintão que, por meio da amizade que ele e seu partido têm com o Ministro do Desenvolvimento Social, agilize a disponibilidade dos recursos do Bolsa-Família. Quanto mais rápido isso ocorrer, quanto mais depressa as famílias forem incorporadas, outras tantas serão beneficiadas com os programas que já se encontram projetados, mas as quais falta a transição. Poderão sofrer atrasos. Por meio das ações de V. Exa e do mineiro, belo-horizontino, Ministro Patrus Ananias, sem dúvida, muitas outras famílias serão beneficiadas com esses programas sociais.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte) - Nobre Deputado Miguel Martini, acompanhei o pronunciamento de V. Exa. Este debate, tão bem encaminhado por V. Exa., significa grande contribuição do Legislativo na avaliação das políticas compensatórias.

Mas gostaria de apartear-lo para trazer à apreciação dos nobres pares um assunto veiculado no jornal "Valor Econômico", que faz referência direta à produção legislativa da nossa Assembléia. Neste instante, saúdo a Assembléia Legislativa de Minas pelo reconhecimento ocorrido na esfera nacional de um projeto de origem do Governador do Estado, que esta Casa, aliás, teve a oportunidade de melhorar. Refiro-me ao projeto das parcerias público-privadas - PPPs. A matéria veiculada hoje no jornal "Valor Econômico" destaca que o projeto de Minas Gerais não só é pioneiro, como também o mais avançado na avaliação das PPPs, devido ao nível de detalhamento. Também, nesta Casa, a nossa legislação consagra a implantação do próprio fundo para a atividade das PPPs.

Faço esse destaque, nobre Deputado Miguel Martini, porque, muitas vezes, quando se avalia a produção legislativa, muitos simplistas do acompanhamento do trabalho recorrem aos números. Ou seja, apenas observam quantos requerimentos foram aprovados e que a Casa Legislativa ficou algumas sessões sem votar um determinado assunto. Muitas vezes não percebem que é exatamente o esgotamento do prazo regimental que dá a oportunidade para a criação de uma peça legislativa. No caso, essa, implantada em Minas Gerais, assim como a lei ambiental, são exemplos para o nosso Estado. A matéria de hoje faz até uma comparação entre o conteúdo das PPPs do nosso Estado e o do Governo Federal, concluindo que o nosso é mais abrangente e oportuno para a nossa sociedade. Era esse o registro que queria fazer, ressaltando a idéia de que é fundamental termos uma agenda positiva para a produção legislativa desta Casa. Obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada (em aparte) - Prezados Deputado Miguel Martini, agradeço o aparte que V. Exa. me concede neste momento. Antes de fazer um comentário sobre um assunto importante, parabênizo a sua explanação, que traz à tona fatos que, realmente, merecem ser apresentados.

Prezado colega, trago para a sua avaliação, e também como uma contribuição para a sua brilhante fala, uma informação fundamental no dia de hoje. Assistimos, mais cedo, ao Líder do PT, Deputado Rogério Correia, fazer alguns questionamentos quanto aos procedimentos da COPASA, que, como prática administrativa, celebra convênios com Prefeituras para que estas, como parceiras e entes públicos federativos que são, participem das suas ações. Assim, com mais rapidez e eficiência será realizado o trabalho de saneamento básico em Minas Gerais.

Estamos assistindo constantemente a algumas falas do PT contrárias a essa prática da COPASA. O curioso é que o discurso do PT não encontra respaldo sequer nas suas próprias Prefeituras. Primeiro, não concordamos com afirmação feita de que a COPASA não pode fazer convênio com os municípios e passar recursos para eles, o que levanta suspeitas de que os Prefeitos do interior de Minas Gerais não estariam em condições de gerenciar o dinheiro público. Insinuam que essa prática de convênios entre a COPASA e os municípios seja um foco de corrupção.

Queremos colocar-nos solidários aos Prefeitos mineiros, homens públicos que trabalham com muito esforço, dedicação, e, sobretudo, num quadro político administrativo nacional confuso, com queda de receita. Esses homens representam o povo, estão perto da comunidade, junto com os Vereadores, passando as maiores dificuldades. Não podem sofrer o tipo de insinuação de que Prefeito que recebe dinheiro da COPASA para fazer obra, em princípio, é um suspeito. Essa colocação do PT não tem o respaldo da maioria da Casa.

É preciso deixar claro que esses Prefeitos que estão sendo colocados como suspeitos por receberem verba da COPASA são os mesmos Prefeitos que recebem verbas da merenda escolar, do SUS, do ICMS, do FPM, de outras várias fontes, e que são aptos a gerenciá-las. Mas, quando se

fala em recursos repassados pela COPASA, o PT quer ver corrupção, desvio e a má aplicação da verba. Não concordamos com isso.

Nessa linha, é importante o que falei no início: os próprios Prefeitos do PT não comungam com essa idéia e com essa prática defendida pela bancada estadual. O Prefeito Pimentel, de Belo Horizonte, acaba de deixar o Palácio da Liberdade, onde esteve fazendo um pedido ao Governador de Minas - que a COPASA passe para a Prefeitura R\$15.000.000,00, a fim de que se possam licitar obras para resolver problemas da Av. Mem de Sá, em virtude das últimas chuvas que têm caído em Belo Horizonte. Trata-se da mesma prática que a COPASA realiza com outros municípios de Minas Gerais.

Não acreditamos, e tenho a certeza de que o Governador Aécio Neves também, que seja foco de corrupção a Prefeitura de Belo Horizonte, por solicitar R\$15.000.000,00, em ano eleitoral, para a realização de obras. O Governador, acima dessas questões, discussões e ataques gratuitos, não se negou a atender ao Prefeito da Capital. Ele liberará esses recursos para que a Prefeitura de Belo Horizonte possa resolver essa questão, que aflige a população da Capital.

É esse tipo de visão administrativa institucional, essa comunhão de esforços, que a COPASA quer fazer no interior. As aflições do Prefeito da Capital são as mesmas dos Prefeitos do interior do Estado. Minas Gerais tem 853 municípios. Precisamos realmente descentralizar as ações.

Procurei o Presidente da COPASA para conversar sobre essa questão. Sai de lá muito tranqüilo e satisfeito. Primeiro, isso talvez diga respeito apenas a 8% a 10% de tudo aquilo que a COPASA fará realizar. Segundo, perguntei por que se faz essa parceria com a COPASA. Respondeu-me dizendo que a Prefeitura normalmente tem várias obras na região e também já tem o conhecimento de cada dificuldade a ser traçada ali. Se fizer diferente, a obra será completamente diversa daquela feita pela Prefeitura. Isso daria um custo maior e muitos problemas.

Em muitos casos - não em todos -, esses recursos devem ser alocados através de convênio com a Prefeitura, que tem melhores condições de executar a obra com custo menor.

É preciso ressaltar que no convênio são ressaltadas determinadas garantias e exigências que a COPASA faz, como de inspeção e de verificação e acompanhamento da obra. Está-se delegando algo inteligente e salutar, ou seja, está-se delegando àqueles que são do local e conhecem aquela realidade, porque podem fazer melhor e a um custo menor. Os interesses da COPASA estão garantidos pelo convênio, pelo acompanhamento e pelas qualificações técnicas exigidas pela COPASA.

O Deputado Antônio Carlos Andrada (em aparte) - V. Exa. trouxe um argumento e um dado muito interessante, que é preciso ressaltar. Muitas vezes, quando a COPASA faz convênio com um município, está assumindo todo o serviço de abastecimento de água e esgoto desse município. Aquele serviço vinha durante anos sendo gerido pela Prefeitura.

Ora, é a Prefeitura que detém todos os elementos constitutivos desse sistema. No primeiro momento, as obras de prolongamento e de ampliação desses serviços eram municipais. É lógico que a Prefeitura, como detentora anterior do serviço, está muito mais capacitada a executá-lo, por conhecimento da situação. E obviamente todo convênio e todo repasse de verba pública não são diferentes, estão submetidos às regras de probidade administrativa e da licitação, à fiscalização do Ministério, das Câmaras Municipais, da população e da própria COPASA.

Então, não vejo como o PT caminhar nessa linha, porque não é a linha adotada pelo Prefeito da Capital, Pimentel, que procurou o Governador para solicitar R\$15.000.000,00 para que a Prefeitura receba o dinheiro da COPASA e possa, ela mesma, executar o serviço que o PT, na Assembléia, não quer que os outros Prefeitos façam. Estão usando dois pesos e duas medidas, e essa não é uma maneira coerente de agir. O PT precisa descer do palanque e assumir a posição de governo. Ele tem a responsabilidade de governar, viabilizar as práticas de governo e da administração, e não ficar apenas na tribuna discursando, como se a eleição ainda não tivesse acabado. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Andrada.

Repudiamos a desconfiança "a priori" dos Prefeitos do Estado. Se entrarmos nessa linha, sem dúvida nenhuma o Governo Federal não repassará nenhum recurso para os Prefeitos, porque estão sob suspeita. E conhecemos as dificuldades que os Prefeitos enfrentam, como, por exemplo, o irmão do Deputado Dinis Pinheiro, que tem tirado água da pedra, enfrentando dificuldades, e não pode, "a priori", ser considerado suspeito. Se casos isolados aconteceram, não podemos tomar o todo pela parte.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Ouvi atentamente as explanações de V. Exa. e do Deputado Antônio Carlos Andrada. Conheço um pouco sobre os convênios feitos entre a COPASA e as Prefeituras. A COPASA faz a distribuição de água e, na maioria das vezes, também a coleta e o tratamento do esgoto. Em várias cidades, não foram feitas obras complementares de saneamento ou tratamento de esgoto nem de suas avenidas, com a construção de interceptores. Surgiram vários bairros novos, principalmente na Região Metropolitana, e ficaram sem os interceptores que levam o esgoto da área de coleta à área de tratamento. Todas as Prefeituras têm feito esses convênios, que resultam de uma contribuição do Governo do Estado para minimizar os problemas desses municípios e o impacto da degradação ambiental feita pela própria COPASA. Na cidade de Montes Claros, por exemplo, foi feita uma avenida sanitária com o auxílio da COPASA, assim como em Betim, Contagem, Ipatinga, Coronel Fabriciano; a mesma obra está sendo feita em Teófilo Ottoni e será feita em Ribeirão das Neves. A maior parte das Prefeituras já tentavam conseguir financiamentos federais, mas, depois desse famigerado 2002, não se consegue mais nada em Brasília, e a COPASA faz os convênios porque muitas Prefeituras já têm as concorrências dessas obras para execução. E não se pode sobrepor concorrência de uma outra obra para execução da COPASA, quando se tem a concorrência já feita para a construção de avenidas sanitárias, interceptores ou reparação de fundo de vale em vários municípios.

Estranha-me que em Belo Horizonte todos tenham aplaudido. Há cerca de oito anos, em Betim, talvez a pioneira nesse tipo de convênio, feito, aliás, com intermediação do Ministério Público por meio de termo de ajuste de conduta, ninguém reclamou, como também ocorreu em Ipatinga. Mas agora, quando atingem as Prefeituras em que o PT pretende colocar a mão e que, por incompetência, jamais colocarão - o povo está vendo o que é essa bandeira de esperança, que não tem nada de realização -, todos pulam e berram. Esse pessoal é engraçado: não cuida do que é da sua competência nem consegue canalizar dinheiro, porque os Bancos têm mais atrativos, fazem melhor e dão condições, quem sabe, de até criar contas no mundo afora. Para o povo mesmo não chega nenhum dinheiro. Ninguém achou ruim, por exemplo, quando se rompeu convênio no vale do Jequitinhonha, com bolsa-família criada ilegalmente pelo Governador Itamar Franco, que utilizou dinheiro destinado à construção de escolas a fim de confrontar o Governo Federal, criando, assim, dificuldade para todas as outras regiões do Estado. Mas, quando falam em fazer melhoria para a cidade, todos desconfiam. De confiança, só os descamisados do PT, que bem conhecemos. Entraram nesta Casa e, depois, saíram gordinhos, rechonchudinhos, brilhantes, como talvez esteja o nosso Presidente. Até hoje, a única compra e obra perfeita que conseguiu fazer foi a compra do seu Airbus para viajar por este mundo. Aliás, não sei se darão conta de pagá-lo, pois não sabem como tirar dinheiro da conta.

Quereria parabenizar o Governo do Estado pela iniciativa, pois vem fazendo reparação que há muitos anos faltava em Minas Gerais. O PT foi o primeiro beneficiado em Minas Gerais, nas cidades de Betim e Ipatinga. Depois, em Belo Horizonte, com o compromisso de manter parte das ações da COPASA em todo o Estado. Não vi ninguém berrando nessa hora. Porém, quando mostram serviços em cidades que pretendiam abocanhar, o pessoal fica querendo levantar críticas, o que sempre faz sem razão, apenas com esperança, mas sem realização. Muito obrigado.

O Deputado Zé Maia (em aparte) - Ilustre Deputado Miguel Martini, queria cumprimentar V. Exa. pelo belo pronunciamento que faz e, ainda mais, cumprimentar as ações do Governador Aécio Neves no que diz respeito à liberação de recursos para minimizar os problemas provocados pelas chuvas.

O Deputado Antônio Carlos Andrada faz alerta muito importante. Temos assistido nesta Casa a críticas dos parlamentares do PT à COPASA, que está fazendo importante liberação de recursos para a execução de obras fundamentais. Na verdade, o PT critica com medo de que essas obras tragam benefícios e influenciem as eleições. Não existe essa preocupação por parte da COPASA, do Governo ou nossa. Queremos atender o povo mineiro e alertá-lo de que há muitas deficiências, obras e questões que precisam ser executadas em nosso Estado a fim de melhorar a vida das pessoas, sobretudo no que diz respeito ao saneamento básico - ação preventiva de saúde de extrema importância. Portanto, quando o Governo ou a COPASA fazem, o PT critica, pretende inviabilizar as obras, com medo do resultado eleitoral. Parece que o PT só pensa em eleição e voto. Temos de pensar no povo agora, quando não há eleição para Governador ou para Presidente da República. Infelizmente, no Brasil, quase todo ano há eleição. É preciso observar o povo, fazer com que os benefícios cheguem até ele, e não apenas pensar em eleição, em estar no poder. De fato, o PT faz denúncias falsas ao criticar as obras que a COPASA está fazendo, porque não há nada de conclusivo contra essa empresa. O PT busca apenas manchar essas obras para tirar proveito eleitoral, o que é profundamente lamentável.

Por outro lado, temos de cumprimentar o Governador Aécio Neves pela rapidez com que libera os recursos e tenta minimizar os problemas da Prefeitura desta Capital, governada pelo PT.

Mais uma vez, ressalto que é preciso alertar os mineiros, que devem ficar espertos em relação a quem está denunciando e criticando obras que os beneficiam. Não se pode denunciar alguém que quer melhorar a vida do povo deste Estado.

Não podemos conviver com essa realidade. Parabênzo V. Exa. e deixo um importante alerta: o povo deve ficar atento. Quando se fazem denúncias, devemos observar seu real interesse, pois o da COPASA e do Governo do Estado é fazer com que o atendimento chegue à população.

O PT está preocupado apenas com eleições, com votos e em chegar ao poder, o que é lamentável. Parabéns, Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Zé Maia, V. Exa. faz uma revelação que talvez seja o grande diferencial do Governador Aécio Neves. Ele não está preocupado com partido político, com eleição, mas com o que é melhor para o povo mineiro. Ele não foi eleito para fazer discurso, mas para governar, para encontrar solução para os problemas do Estado. Por isso, tem conseguido extraordinários resultados.

O Governador Aécio Neves poderia ficar somente no discurso, falando dos governos anteriores, que deixaram o Estado em dificuldades financeiras, com um déficit de R\$2.400.000.000,00, R\$2.500.000.000,00, porém, ele resolveu não olhar pelo retrovisor, e sim buscar a maneira mais eficiente para fazer o benefício chegar à sociedade. Para isso ele escolheu uma equipe extraordinária.

O Presidente da COPASA tem feito um trabalho fabuloso, e sua ousada meta é fazer com que essa continue sendo a melhor companhia de saneamento básico do País. Para isso é preciso competência gerencial e administrativa e muita sensibilidade e seriedade na aplicação dos recursos públicos.

Querida, mais uma vez, parabenizar o Governador Aécio Neves, seu secretariado e sua equipe de Governo pelo extraordinário trabalho.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Obrigado, Sr. Presidente. Ontem, tivemos em Belo Horizonte a presença da filósofa e grande intelectual Marilena Chauí, que, citando Espinosa, fez menção à necessidade de, cada vez mais, a política ser despersonalizada e as instituições, fortalecidas, para que, cada vez mais, Deputado Laudelino Augusto, os representantes sejam constrangidos positivamente pelo bom funcionamento das instituições, e não pelos bons valores que cada ser humano pode e deve ter. A população não pode ficar sujeita a avaliações e comportamentos de natureza subjetiva.

Faço questão de mencionar a belíssima palestra de Marilena Chauí porque, nesse episódio de suspensão da decisão de cancelar o Programa Bolsa-Escola do Governo Estadual, a instituição Assembléia Legislativa saiu bastante fortalecida.

Faço questão de dizer isso para as famílias de Almenara, Aricanduva, Carbonita, Felisburgo, Itinga, Jequitinhonha, José Gonçalves de Minas, Palmópolis, Salto da Divisa, Turmalina, Angelândia, Berilo, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Jacinto, Joáima, Leme do Prado, Rio do Prado, Santa Maria do Salto, Veredinha, Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itamarandiba, Jenipapo de Minas, Jordânia, Minas Novas, Rubim, Santo Antônio do Jacinto e Virgem da Lapa, as quais eram atendidas por esse programa. Essas 12.600 famílias, em março, tiveram a triste notícia do cancelamento do Bolsa-Escola. O Governador voltou atrás em sua decisão e, até que haja a incorporação delas em um processo de negociação com o Governo Federal, o programa está mantido, e os R\$70,00 serão repassados para cada família.

Essa é uma vitória da Assembléia Legislativa, que recebeu a denúncia, que correu atrás e que procurou documentos. A Oposição, o Bloco PT-PCdoB procurou a Maioria desta Casa e conseguiu rever uma decisão.

Na semana passada, disse aqui que não é vergonha para ninguém voltar atrás em uma decisão. Erros administrativos, erros de avaliação e decisões desconectadas de um processo de negociação encaminhado por outra secretaria, tudo isso é possível na administração pública. E o papel do Legislativo é fiscalizar. Assim, o que o Deputado Miguel Martini trouxe para nós, ou seja, a palavra oficial do Governo, tranquilizando essas famílias, dizendo que há determinação de não suspender o pagamento até que a evolução das negociações aconteça com o Governo Federal, é uma grande notícia, principalmente para as famílias pobres do vale do Jequitinhonha. A lei que esta Assembléia Legislativa votou e aprovou, criando o Bolsa-Escola do Estado, mencionava o prazo de três anos, mas dizia que, se as condições desfavoráveis continuassem para essas famílias, o programa poderia ter continuidade. Portanto, não havia nenhum empecilho para que o Bolsa-Escola continuasse a ser pago todo final do mês a essas famílias. Considero o que o Governo Lula realizou e conseguiu por meio da unificação dos programas sociais uma grande sinalização do ponto de vista do avanço da qualidade e da quantidade de políticas públicas. Não há dúvida de que a parceria do Governo Federal com o Estadual e com os Governos Municipais pode-se traduzir em melhores e mais eficazes políticas públicas. É muito bom que, do ponto de vista até da integração constitucional, o cidadão tenha programas cada vez mais bem dirigidos, em que a atividade-fim seja sempre objeto maior do gasto público e não a atividade-meio, e que a comunidade exerça sempre melhor o controle social e, no caso dos programas de transferência de renda, em especial, sobre os cadastros.

Portanto, unificar e integrar políticas do Governo do Estado e do Governo Federal é importante, apesar de ser uma discussão agora talvez secundária, porque o mais importante é a suspensão dessa medida de cancelamento e os técnicos dos Governos Federal e Estadual assentarem-se à mesa, cruzarem os cadastros e construir a base técnica para a decisão política que envolve o Governador, o Ministro e o Presidente da República.

Volto a reiterar que tenho certeza de que, pelo que conhecemos do compromisso do Presidente Lula com o vale do Jequitinhonha e do Ministro Patrus Ananias com Minas Gerais e com o vale do Jequitinhonha, ainda que o programa, no ano passado, priorizasse o semi-árido e, este ano, priorize as regiões metropolitanas, haverá um diálogo sério, sem transferência de responsabilidade. Deputado Rogério Correia, tenho certeza de que não partiu dos Deputados daqui ou do próprio Governo do Estado, mas, talvez, daquelas lideranças mais radicalizadas do vale do Jequitinhonha, conservadoras, a idéia de que a culpa pelo cancelamento de um programa estadual é do Governo Federal. Isso é inadmissível na política. Hoje, a verdade foi resgatada por um Deputado do Governo, que disse que o Governo Estadual voltou atrás e está empenhado em promover um processo de negociação com o Governo Federal. Com certeza haverá sensibilidade e disponibilidade do Governo Federal em fazer a mesma coisa, de maneira séria e correta, de forma que o Governo do Estado implante as políticas complementares.

Esse é o sentido maior. Volto a dizer que a denúncia, a decisão revista e, principalmente, a possibilidade de o Governo Federal assumir as famílias do vale do Jequitinhonha e de o Governo Estadual implantar políticas complementares com recursos - evidentemente num processo de negociação, com base técnica e política - é o aspecto mais importante. Não há vencidos nem vencedores. A Oposição fez a sua parte, a base do Governo na Assembléia foi atrás e viabilizou uma alternativa, convencendo o Governador. Tinha certeza de que ele não concordaria com a decisão tão drástica de cortar unilateralmente 12.600 bolsas-escola de famílias pobres do Estado de Minas Gerais. Portanto, todos somos vencedores.

Agradeço principalmente às famílias do Jequitinhonha, que reclamaram e exerceram o seu direito de cidadania; aos Prefeitos da região, em especial o da cidade de Carbonita, Marcos Lemos, e a Prefeita de Araçuaí, Cacá, que juntaram-se a nós nessa empreitada do Bloco PT-PCdoB.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputado André Quintão. Em primeiro lugar, parabéns V. Exa. É evidente que houve uma vitória do movimento, que, aliás, procurou-o para fazer a denúncia, posteriormente comprovada, de que o Governo havia, sim, sustado um programa tão importante como o Bolsa-Escola para o vale do Jequitinhonha. O Governo voltou atrás, e, assim, há uma vitória dos que recebem o benefício.

Essa vitória se deve mais à denúncia feita por V. Exa., que tratou essa questão, trouxe-a até à Assembléia Legislativa e fez com que o Governo recuasse de um erro que cometeu, do que ao que foi dito aqui pelos Deputados da Situação. Portanto, gostaria de parabenizar V. Exa.

Mas esse não é o único erro que o Governo cometeu. Tem também o erro da COPASA. Aliás, quando se fala em COPASA, há um arrepio geral no Governo. Parece um assunto proibido. Tentei fazer um debate na Comissão de Administração Pública sobre os contratos da COPASA, mas, infelizmente, não consegui. Meu requerimento não foi aprovado na Comissão. Pediram que eu retirasse meu requerimento porque, caso contrário, iriam derrotá-lo. Estou chamando o Governo a fazer um debate democrático sobre o que é esse contrato, para demonstrar que o contrato está errado. É esse o debate que propus na Comissão de Administração Pública, mas, infelizmente, não consegui. Apresentei, então, um requerimento na Comissão de Defesa do Consumidor, onde foi aprovado por um descuido da base do Governo, que não esperava a apresentação naquela Comissão. Espero que a Presidente da Comissão convoque essa reunião para fazermos esse debate com a COPASA sobre o tipo de contrato que é feito.

Rapidamente gostaria de explicar o que temos criticado no contrato. Não é aquilo que alguns Deputados quiseram colocar aqui, dizendo que estamos contra a obra. Ninguém é contra obras. Evidentemente, somos a favor das obras. O que estamos querendo é que a COPASA seja a responsável pelas obras. Que as obras sejam feitas, mas que a COPASA, como concessionária, se responsabilize por elas, licitando, fazendo e fiscalizando as obras, pois é uma empresa capacitada tecnicamente para isso. Na verdade, estamos fazendo a defesa da obra e da COPASA, como concessionária.

O que tem acontecido? O Ministério das Cidades disponibilizou para o País inteiro um montante de verba para saneamento básico, medida ordenada pelo Presidente Lula. Na negociação dessa verba, entrou o superávit primário excedente do ano passado, que foi remetido para saneamento básico num acordo feito entre o Governo Lula e o FMI. O dinheiro é oriundo desse excesso do superávit primário e, portanto, será alocado em saneamento básico em todo o País; e de um dinheiro da Caixa Econômica Federal, que fará financiamento, possibilitando um grande programa de saneamento básico no Brasil. Outro dia, o Presidente Lula falou sobre isso. Aqui em Minas Gerais, este ano, esse dinheiro vai ser algo superior a R\$500.000.000,00. O Ministério das Cidades solicitou que a COPASA, que é a concessionária, indicasse os municípios que deveriam entrar nesse programa. A COPASA fez o levantamento e indicou os municípios que deveriam constar nesse projeto que consiste, especialmente, em estação de tratamento de esgoto e rede de esgoto, obras fundamentais para os municípios. Esses municípios remeteram o planejamento para a COPASA, que fez o estudo do preço estimado de cada um, procurando viabilizar que esses municípios tivessem essas obras. É um contrato entre Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado, via COPASA. Agora, a COPASA aproveita os municípios que já têm concessão e deseja renovar o contrato. A COPASA renova por mais 30 anos seu contrato com o município no que diz respeito à rede de esgoto e, em vez de a própria COPASA, que tem capacitação técnica, fazer a licitação e a fiscalização, passa em dinheiro para as Prefeituras. Quais são os problemas que acontecem? A maioria dos Prefeitos são desonestos? Não. É evidente que para fazer estação de tratamento de esgoto, rede de esgoto, as Prefeituras não têm capacitação técnica. Têm capacitação para outros tipos de obras como avenida sanitária, interceptores. Isso as Prefeituras fazem e há repasse. Mas estamos falando de estação de tratamento de esgoto e de nova rede de esgoto nos municípios. Portanto, é um contrato em que a COPASA fica como concessionária e repassa a concessão para os municípios, realocando a concessão.

É essa a discussão que estamos fazendo. Por isso fomos ao Ministério Público solicitar que intermediassem esses contratos para que a Caixa Econômica Federal só assinasse o contrato mediante a exigência de que a COPASA, como concessionária, seja responsabilizada por essa obra. É isso que estamos querendo, que a obra seja feita a partir de uma fiscalização da empresa pública COPASA, pela qual temos todo apreço, achando que está capacitada para fazer isso.

Com relação ao caso que o Deputado citou da Av. Mem de Sá, é outro assunto. Mem de Sá é a avenida do Bairro Santa Efigênia que foi destruída por uma verdadeira enchente ocorrida na semana passada.

Os Deputados não são obrigados a conhecer todas as avenidas da Capital, porque não são Vereadores, mas a Av. Mem de Sá foi completamente destruída com essa última enchente, inclusive sua rede sanitária e o esgoto. Então, trata-se de uma obra de emergência, que o Prefeito foi solicitar à COPASA para que agilizasse. Já existe, na região de Santa Efigênia, nessa avenida, contrato entre a Prefeitura e a empreiteira, feito a partir do processo de licitação. Por isso, o Prefeito solicitou que essa obra de emergência fosse feita de um contrato já existente e já licitado. Não se trata de estação de tratamento de esgoto nem de construção de novos processos de esgotamento sanitário na Capital.

A estação de tratamento de esgoto do Arrudas é de responsabilidade da COPASA, pois necessita de qualificação técnica importante. Se não houver fiscalização por parte da COPASA, talvez ocorram problemas de corrupção aqui e ali. Já arrolamos problemas existentes. Pedimos ao Governo do Estado que volte atrás e faça o contrato por intermédio da COPASA, empresa especializada no assunto. Desejamos realizar esse debate na Comissão de Defesa do Consumidor e esperamos que o Governo, em vez de se sentir nervoso... Agradeço ao Deputado André Quintão. Quando o assunto envolve a COPASA, há irritação.

O Deputado André Quintão* - Vejam como é o mundo. Estava inscrito como orador, mas, elegantemente, concedi seis minutos ao Deputado Alberto Bejani. Estou na tribuna para discorrer sobre uma vitória desta Casa. Conseguimos rever a suspensão do pagamento de 12.600 Bolsas-Escola no Estado. Portanto, peço ao Deputado a mesma sensibilidade demonstrada pelo Presidente, já que, de acordo com o Regimento

Interno, disponho de uma hora para o pronunciamento. Foi feito acordo...

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)* - Não existe acordo no Regimento.

O Deputado André Quintão - Se V. Exa. quiser solicitar mais 45 minutos, continuarei na tribuna com prazer. Não havendo acordo, falaria por mais 45 minutos, pois informalmente comprometemo-nos...

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)* - O tempo de V. Exa. já se esgotou.

O Deputado André Quintão* - No final, o bom-senso prevaleceu. Felizmente, as 12.600 famílias continuarão com atendimento. Poderão ser incorporadas ao Bolsa-Família se houver evolução nas negociações. V. Exa. afiançou que o Governo do Estado manterá aplicação de recursos em programas complementares. A Assembléia Legislativa funcionou, e foi uma grande vitória nossa. O Deputado Alberto Bejani reclamou que hoje estávamos devagar, devagarzinho...

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)* - Quase parando.

O Deputado André Quintão* - As ações positivas deveriam ser valorizadas. A vitória foi da Assembléia Legislativa. Que bom que essa decisão foi revista, e a Oposição cumpriu seu papel. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

TRANSCRIÇÃO

MATÉRIA TRANSCRITA NOS ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, A PARTIR DO DEFERIMENTO DE REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAUDELINO AUGUSTO, PUBLICADO NA EDIÇÃO DE 8/4/2004

MANIFESTO DE CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MINEIRA DE DEFESA E PRESERVAÇÃO DAS ÁGUAS

As águas estão ameaçadas! E com elas, toda a vida do planeta! Diante disso, organizações de todo o mundo levantam-se, buscando colocar em prática ações que viabilizem a preservação da quantidade e da qualidade dos mananciais existentes. A solução passa pela conscientização dos povos, pela conquista democrática de direitos diante da atitude positiva de decisões políticas. Daí, a importância de se criar a Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas.

A Organização das Nações Unidas - ONU - declarou o ano de 2003 como o Ano Internacional da Água Doce, chamando a atenção da Aldeia Global para o problema, que tende a se agravar rapidamente. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - elegeu o tema "Fraternidade e Água" para a Campanha da Fraternidade de 2004, sob o lema "Água, Fonte de Vida".

O planeta Terra é composto de 70% de água, mas apenas 1% deste total é de água doce, tendo ou podendo adquirir a característica de potável. Deste montante, 12% encontram-se no Brasil. Ou seja, nossa Nação é responsável pela manutenção de 12% dos recursos hídricos para o uso humano disponíveis no mundo. Em nosso País, a agricultura consome 59% dos recursos hídricos; o consumo doméstico e comercial vem em segundo, com 22%; e por último, as indústrias, que gastam 19%. Estima-se que, só em São Paulo, o desperdício chega a 10m³/s, água que, se conservada, poderia ser aproveitada por 4.300.000 pessoas por dia! Dados da UNESCO mostram que mais de 1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à água potável e 25 mil morrem diariamente em consequência direta ou indireta da falta de água potável ou por doenças originadas na sua contaminação.

Já é hora de encararmos com as devidas coragem e disposição este problema! É responsabilidade de toda a sociedade, de todo governante, de todo parlamentar! Urge que destinemos todo o nosso empenho - político, social e educacional - num esforço para se criarem políticas públicas e privadas de preservação, de conscientização das comunidades, de racionamento no uso e de reconhecimento das bacias hidrográficas, dos aquíferos, dos lençóis freáticos, dos mangues e das estâncias hidrominerais, de resgate do valor terapêutico das águas minerais e de revalorização da crenoterapia, bem como de todo ambiente que tenha a água como elemento predominante, como patrimônio inalienável de toda a Nação; e de toda manifestação de cunho ambientalista como um movimento em defesa da vida, para que possamos preservar a nós mesmos e nos engajar de forma inadiável na luta pela perpetuação das espécies e pela conservação da Terra.

Esta Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas, que se pretende um fórum permanente de debates sobre todos os temas que sejam abrangidos por seus princípios de atuação, nascida em Minas Gerais, certamente atingirá a sensibilidade e a capacidade de renovação de cada ser humano em todo o Brasil e, quiçá, no mundo, para que façamos das Águas uma bandeira que se ergue em prol da vida.

Imbuídos destes propósitos é que nós, infra-assinados, instituímos hoje esta Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas, que buscará abranger todos os setores da sociedade, através de seus legítimos representantes nas Casas Legislativas de todo o País, tendo como eixos estruturantes das ações a serem implementadas os seguintes princípios.

Princípios de Atuação da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas

- 1 - Defender, veementemente, as Águas, que constituem um bem público nacional, patrimônio inalienável de todos os seres vivos.
- 2 - Impedir que sofram quaisquer danos, recursos limitados que são, no aspecto quantitativo e qualitativo, as nascentes, as fontes, os lençóis freáticos, as bacias hidrográficas, os rios e as lagoas, as estâncias hidrominerais, os mananciais, os aquíferos, mares e oceanos.
- 3 - Preservar, necessariamente, todos os elementos a eles ligados que, de alguma forma, impliquem na sua preservação, como as matas ciliares e de topos e os mangues, entre outros.
- 4 - Lutar, de forma permanente, pela não-privatização dos recursos hídricos e pelo acesso incondicional a eles de toda a população, preparada para a sua utilização racional, comedida, consciente e baseada em preceitos ecológicos de preservação.
- 5 - Implementar e apoiar, em parceria com a sociedade civil organizada, programas de conscientização popular, empresarial e corporativa, que transformar-se-ão em ferramentas eficientes na eliminação do desperdício e da contaminação, em qualquer das suas formas, da água de que dispomos, objetivando a manutenção de sua quantidade e qualidade.

6 - Atuar, de forma compartilhada, coesa e integrada, com entidades, fundações, organizações não governamentais e governamentais, profissionais especializados e com a sociedade como um todo, na busca de soluções e alternativas que visem à preservação de todo recurso hídrico existente e na realização de estudos que possibilitem fomentar a sua renovação e chegar à substituição do recurso hídrico em vários processos, evitando a sua extinção.

7 - Exercer, juntamente com os órgãos governamentais competentes, além das organizações da sociedade civil, o papel de fiscalizador das questões ambientais, buscando a intermediação de conflitos, acompanhando a apuração de crimes contra o meio ambiente, pleiteando em favor da prevenção de acidentes e estimulando Governos e iniciativa privada a investirem em gestões socialmente responsáveis e conscientes, combinadas com o manejo adequado dos recursos hídricos.

É com o que vislumbramos a preservação do mais importante bem natural de que a humanidade dispõe e que se tornou alvo de exploração desmedida, irracional e de cunho excessivamente comercial, que combateremos, construindo a sua perenização.

22 de março de 2003.

Primeiros Signatários da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas

Deputados Estaduais: Laudelino Augusto (PT) - Maria José Hauelsen (PT) - Maria Tereza Lara (PT) - Márcio Passos (PFL) - Weliton Prado (PT) - Ricardo Duarte (PT) - Padre João (PT) - Chico Simões (PT) - Rogério Correia (PT) - André Quintão (PT) - Biel Rocha (PT) - Marília Campos (PT) - Doutor Ronaldo (PDT) - Ana Maria Resende (PSDB) - Jô Moraes (PCdoB) - Luiz Fernando Faria (PPB) - Fábio Avelar (PTB) - Paulo Piau (PFL) - Fahim Sawan (PSDB) - Lúcia Pacífico (PTB) - Domingos Sávio (PSDB) - Sidinho do Ferrotaco (PL) - Vanessa Lucas (PSDB) - Irani Barbosa (PFL) - Jayro Lessa (PL) - Dinis Pinheiro (PL) - Célio Moreira (PL) - Adelmo Carneiro Leão (PT) - Adalclever Lopes (PMDB) - Leonardo Quintão (PFL) - Ivair Nogueira (PMDB) - Bonifácio Mourão (PMDB) - Dalmo Ribeiro Silva (PSDB).

Deputados Federais: Odair José da Cunha (PT) - Patrus Ananias (PT).

Vereadores: Cássio Mendes (São Lourenço) - Luiz Augusto Lima Silveira (Presidente da Câmara Municipal de São Lourenço) - Antônio Carlos C. Sanches (São Lourenço).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/3/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Leonardo Quintão

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 13/4/2004, que exonerou Gustavo Pamplona Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 13/4/2004, que exonerou Juliana Faria Pamplona do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 13/4/2004, que nomeou Gustavo Pamplona Silva para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Marina Andrade Shikama para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Sheila Maria Mayrink Cardoso para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2004

Objeto: contratação de seguro RETA para aeronave Xingu PP-EMN.

Licitante vencedora: Chubb do Brasil Cia. de Seguros.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2003

Objeto: aquisição de peças e componentes de computadores e impressoras.

Licitante desclassificada: Poly Informática Ltda. (lote IV).

Belo Horizonte, 13 de abril de 2004.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2004

Objeto: aquisição de máquinas, suprimentos e acessórios para reciclagem de cartuchos de impressoras a jato de tinta.

Em 5/4/2004, os Srs. Presidente e 1º-Secretário ratificaram, nos termos do art. 26, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a Inexigibilidade de Licitação nº 3/2004, adotada com base no art. 25, I, desse diploma legal.

ERRATA

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 7/4/2004

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 13/4/2004, na pág. 30, col. 4, sob o título "Leitura de Comunicações", acrescente-se, ao final da comunicação apresentada pela Comissão de Assuntos Municipais, o seguinte:

"2.605/2004, do Deputado Doutor Viana, e 2.611/2004, do Deputado José Henrique;".